

Exercícios Analista de Procuradoria PGE/PE

Intensivo – Fase 1

Período – 2018

Sumário

| | |
|--|----|
| Ética no Serviço Público | 3 |
| Atos de Improbidade..... | 3 |
| Direito Administrativo | 7 |
| Licitações e Contratos..... | 7 |
| Intervenção do Estado na Propriedade | 19 |
| Direito Civil | 25 |
| Direito dos Contratos | 25 |
| Direito Constitucional | 41 |
| Direitos e Garantias Fundamentais | 41 |
| Organização dos Poderes..... | 47 |
| Direito Processual Civil | 61 |
| Processo de Conhecimento..... | 61 |
| Português | 71 |
| Pronomes..... | 71 |
| Pontuação..... | 73 |
| Crase..... | 82 |
| Concordância..... | 85 |
| Gabarito | 91 |

Ética no Serviço Público

Atos de Improbidade

Questão 1: CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, em especial,

- a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.
- b) utilizar, em obra particular, máquinas de propriedade de entidades da administração pública indireta estadual.
- c) frustrar a licitude de processo seletivo para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.
- d) realizar operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares.
- e) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

Questão 2: CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

O STJ entende que a contratação direta, quando não for caracterizada situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, gera dano ao erário na modalidade *in re ipsa*, pois o poder público perde a oportunidade de contratar a melhor proposta.

Certo

Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Considerando o entendimento do STJ acerca da improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

O ato de improbidade administrativa violador do princípio da moralidade não requer a demonstração específica de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, exigindo-se apenas a demonstração do dolo genérico.

Certo

Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Por ter realizado contratação direta sem suporte legal, determinado agente público é réu em ação civil pública por improbidade administrativa, sob o argumento de violação ao princípio de obrigatoriedade de licitação, tendo-lhe sido imputado ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (violação aos princípios da administração pública).

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Para que haja condenação, deverá ser comprovado o elemento subjetivo de dolo, mas não há necessidade de que seja dolo específico, bastando para tal o dolo genérico de atentar contra os princípios da administração pública.

Certo

Errado

Questão 5: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

No que tange aos deveres do servidor público federal e aos atos de improbidade praticados por agente público, julgue o item subsequente.

Se um agente público conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, ficará caracterizado ato de improbidade administrativa, mesmo que o agente não tenha atuado de forma dolosa, ou seja, sem a intenção deliberada de praticar ato lesivo à administração pública.

Certo

Errado

Questão 6: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Acerca dos atos de improbidade administrativa e dos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

Presidente de autarquia estadual que deixar de prestar as contas anuais devidas responderá, desde que comprovada a sua má-fé e a existência de dano ao erário, pelo cometimento de ato de improbidade atentatório aos princípios da administração pública.

Certo

Errado

Questão 7: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2009

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Julgue o item subsequente, acerca dos atos de improbidade e crimes contra a administração pública.

A contratação de advogado privado, às custas públicas, para a defesa de prefeito em ação civil pública, ainda que haja corpo próprio de advogados do município, não configura ato de improbidade, mas mero ilícito civil, segundo entendimento do STJ.

Certo

Errado

Questão 8: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Quanto à improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

É permitida transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa, quando o dano causado ao erário for ressarcido.

Certo

Errado

Questão 9: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Uma autarquia federal contratou sem licitação, porque assim lhe pareceu conveniente, um advogado de notória especialização para representá-la judicialmente, com exclusividade, em quaisquer processo pelo prazo de cinco anos. O valor dos serviços foi pactuado segundo o preço de mercado. O Tribunal de Contas da União (TCU), entendendo ilegal a contratação, sustou, tão logo dela teve conhecimento, a execução do contrato. A autarquia, intimada da decisão do TCU, suspendeu o pagamento dos honorários que era feito mensalmente ao advogado pelos serviços por ele devidamente prestados. Decorridos

três meses sem receber, o advogado renunciou aos mandatos a ele conferidos. Em relação à situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A dispensa indevida de licitação constitui ato de improbidade administrativa.

Certo

Errado

Questão 10: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Marcos é governador de um estado-membro do Brasil e, por isso, tem o poder de remover servidores públicos de uma localidade para outra, para melhor atender ao interesse público. Um servidor do estado namorava a filha de Marcos, contrariamente a sua vontade. A autoridade, desejando pôr um fim ao romance, removeu o servidor para localidade remota, onde, inclusive, não havia serviço telefônico.

Acerca da situação hipotética apresentada e considerando os preceitos constitucionais da administração pública, a doutrina e a legislação de improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o item que se segue.

Na hipótese, também haveria ato de improbidade, em tese, pois houve violação de princípios administrativos, mesmo sem ter havido dano direto ao erário.

Certo

Errado

Questão 11: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Marcos é governador de um estado-membro do Brasil e, por isso, tem o poder de remover servidores públicos de uma localidade para outra, para melhor atender ao interesse público. Um servidor do estado namorava a filha de Marcos, contrariamente a sua vontade. A autoridade, desejando pôr um fim ao romance, removeu o servidor para localidade remota, onde, inclusive, não havia serviço telefônico.

Acerca da situação hipotética apresentada e considerando os preceitos constitucionais da administração pública, a doutrina e a legislação de improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o item que se segue.

O ato descrito sofre vício de competência.

Certo

Errado

Questão 12: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Marcos é governador de um estado-membro do Brasil e, por isso, tem o poder de remover servidores públicos de uma localidade para outra, para melhor atender ao interesse público. Um servidor do estado namorava a filha de Marcos, contrariamente a sua vontade. A autoridade, desejando pôr um fim ao romance, removeu o servidor para localidade remota, onde, inclusive, não havia serviço telefônico.

Acerca da situação hipotética apresentada e considerando os preceitos constitucionais da administração pública, a doutrina e a legislação de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), julgue o item que se segue.

O ato descrito está viciado por desvio de finalidade.

Certo

Errado

Direito Administrativo

Licitações e Contratos

Questão 13: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2004**Assunto:** Dos Princípios (arts. 1º a 5º, e art. 50 Lei 8.666)

A respeito de licitação, contrato administrativo e convênio administrativo, julgue o item que se segue.

A publicação resumida do instrumento do contrato ou de seus aditamentos é condição indispensável para sua eficácia, dispensada a publicação apenas dos instrumentos dos contratos sem ônus para a administração.

Certo

Errado

Questão 14: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003**Assunto:** Dos Princípios (arts. 1º a 5º, e art. 50 Lei 8.666)

Em relação à estrutura institucional do setor energético brasileiro, julgue o item.

O concessionário de serviços públicos deve ser selecionado mediante processo licitatório ou, obedecidos determinados critérios, por meio de contrato administrativo com o poder público, com dispensa de licitação.

Certo

Errado

Questão 15: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2002

Assunto: Dos Princípios (arts. 1º a 5º, e art. 50 Lei 8.666)

A respeito das licitações, dos contratos administrativos, do poder de polícia e do serviço público, julgue o seguinte item.

Apesar da previsão, no direito positivo, do princípio da publicidade, este não é absoluto, como ocorre com os princípios jurídicos em geral; no que respeita ao processo de licitação, o cidadão pode obter certidão acerca de seus atos, na forma da lei que regulamenta esse direito, desde que aponte em que a certidão servirá à defesa de direito ou interesse pessoal.

Certo

Errado

Questão 16: CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018**Assunto:** Definições, obras e serviços, compras (arts. 6 a 16, Lei 8.666)

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

No regime de execução indireta por empreitada por preço global, o poder público contrata terceiros para a execução de obra por preço certo e total.

Certo

Errado

Questão 17: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2004**Assunto:** Definições, obras e serviços, compras (arts. 6 a 16, Lei 8.666)

A respeito de licitação, contrato administrativo e convênio administrativo, julgue o item que se segue.

A licitação para a contratação de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de determinado bem público exige, como condições específicas para a sua regularidade, a definição prévia de um projeto básico e a existência de um projeto executivo, podendo ser este desenvolvido concomitantemente com a execução da obra, desde que autorizado, de forma fundamentada, pela administração pública.

Certo

Errado

Questão 18: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Alienação de bens móveis e imóveis. Licitação dispensada (arts. 17 a 19, Lei 8.666)

Uma empresa pública federal devedora pagou seus débitos com bens imóveis dominiais de que era proprietária. O pagamento deu-se sem prévia autorização legislativa, sem autorização do ministério ao qual a empresa é vinculada e sem avaliação prévia. Constatado o fato pelo controle interno do ministério ao qual a empresa é vinculada, o ministro instaurou procedimento, no âmbito do ministério, contra os dirigentes e os empregados da empresa que permitiram o pagamento da dívida com bens da empresa. Os dirigentes e empregados da empresa representaram, perante o TCU, contra o ato do ministro. Acerca dessa situação hipotética, julgue o seguinte item.

A dação em pagamento dependia de prévia avaliação.

Certo

Errado

Questão 19: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Assunto: Licitação dispensável (art. 24 da Lei 8.666/1993)

A propósito das licitações, dos contratos, dos convênios e do sistema de registro de preços, julgue o item a seguir com base nas orientações normativas da AGU.

Se, em procedimento licitatório na modalidade convite deflagrado pela União, não se apresentarem interessados, e se esse procedimento não puder ser repetido sem prejuízo para a administração, ele poderá ser dispensado, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.

Certo

Errado

Questão 20: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Licitação dispensável (art. 24 da Lei 8.666/1993)

Considerando as regras aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, é possível a dispensa de licitação para a aquisição, por secretaria estadual de planejamento, de bens produzidos por autarquia estadual que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei n.º 8.666/1993.

Certo

Errado

Questão 21: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2010

Assunto: Licitação dispensável (art. 24 da Lei 8.666/1993)

Acerca de licitação e de contratos administrativos, julgue o item subsequente.

Considere que o administrador de determinada autarquia tenha promovido a abertura de licitação, na modalidade convite, para a ampliação da sede regional desse ente e que não tenha havido interessados no primeiro certame e, por isso, a licitação tenha sido considerada deserta. Considere, ainda, que o administrador, então, tenha encaminhado o processo administrativo à Procuradoria Federal para análise acerca da possibilidade de se dispensar a licitação para a contratação da empresa de engenharia. Nessa situação, conforme entendimento firmado pela AGU, não pode ser dispensada a licitação.

Certo

Errado

Questão 22: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2009

Assunto: Licitação inexigível. Formalização das dispensas e inexigibilidades (arts. 25 e 26, Lei 8.666)

Relativamente às licitações, contratos administrativos e convênios, julgue o item a seguir.

As hipóteses de dispensa de licitação previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, são taxativas, não comportando ampliação, segundo entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Já em relação à inexigibilidade, a referida lei não prevê um *numerus clausus*. No caso de doação com encargo, estabelece o mencionado diploma legal que deverá a administração pública realizar licitação, dispensada no caso de interesse público devidamente justificado.

Certo

Errado

Questão 23: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Licitação inexigível. Formalização das dispensas e inexigibilidades (arts. 25 e 26, Lei 8.666)

Uma autarquia federal contratou sem licitação, porque assim lhe pareceu conveniente, um advogado de notória especialização para representá-la judicialmente, com exclusividade, em quaisquer processo pelo prazo de cinco anos. O valor dos serviços foi pactuado segundo o preço de mercado. O Tribunal de Contas da União (TCU), entendendo ilegal a contratação, sustou, tão logo dela teve conhecimento, a execução do contrato. A autarquia, intimada da decisão do TCU, suspendeu o pagamento dos honorários que era feito mensalmente ao advogado pelos serviços por ele devidamente prestados. Decorridos três meses sem receber, o advogado renunciou aos mandatos a ele conferidos. Em relação à situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A dispensa de licitação de profissionais de notória especialização restringe-se a casos singulares.

Certo

Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Licitação inexigível. Formalização das dispensas e inexigibilidades (arts. 25 e 26, Lei 8.666)

Em relação à licitação e ao contrato administrativo, julgue o item seguinte.

No regime das licitações previsto na Lei n.º 8.666/1993, a dispensa difere da inexigibilidade, entre outras razões, porque, na primeira, em princípio, a licitação seria possível, mas a lei estabelece a possibilidade de ela não se realizar; já na inexigibilidade, não cabe a licitação, por não haver condições de competição.

Certo

Errado

Questão 25: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Assunto: Modalidades de licitação. Local de realização. Publicação do edital (arts. 20 a 23, 52 e 53)

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Pretendendo contratar determinado serviço por intermédio da modalidade convite, a administração convidou para a disputa cinco empresas, entre as quais apenas uma demonstrou interesse apresentando proposta. **Assertiva:** Nessa situação, a administração poderá prosseguir com o certame, desde que devidamente justificado.

Certo

Errado

Questão 26: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2009

Assunto: Modalidades de licitação. Local de realização. Publicação do edital (arts. 20 a 23, 52 e 53)

Relativamente às licitações, contratos administrativos e convênios, julgue o item a seguir.

A Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê modalidades diversas de licitação, conforme o valor da contratação a ser feita pela administração pública. Apenas no caso de consórcios

formados por mais de três entes da Federação, a referida lei toma por base valores diferentes de contratação para definir a modalidade de licitação cabível.

Certo

Errado

Questão 27: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003

Assunto: Modalidades de licitação. Local de realização. Publicação do edital (arts. 20 a 23, 52 e 53)

Uma autarquia federal promoveu licitação com vista à aquisição de pequeno prédio para alojar unidade de atendimento ao público em determinado município do estado de Minas Gerais. Submetido o edital à apreciação da assessoria jurídica da entidade, esta verificou que a estimativa de custo superava o limite de contratação permitida à modalidade convite e sugeriu a alteração do edital para a realização de concorrência.

Acerca do instituto da licitação e da situação hipotética acima descrita, julgue o item.

O convite é a modalidade licitatória cabível nas contratações de valores mais baixos, na qual a administração convoca para o certame pelo menos três pessoas que operam no ramo pertinente ao objeto, previamente cadastradas ou não, e, ao mesmo tempo, afixa em local próprio cópia do instrumento de convite, estendendo a convocação aos cadastrados do ramo pertinente ao objeto que venham a manifestar interesse em participar do certame até 24 horas antes da apresentação das propostas.

Certo

Errado

Questão 28: CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assunto: Fases e tipos de licitação (arts. 27 a 48)

Com base no disposto na Lei de Licitações, assinale a opção correta.

a) Para os fins da lei em apreço, considera-se execução indireta aquela que é promovida por órgãos da administração pública indireta.

b) Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concorrência.

c) É dispensável a licitação para aquisição de equipamentos que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo, mediante comprovação de exclusividade feita nos termos legais.

d) No tocante à documentação relativa a qualificação técnica, deve ser sempre admitida a comprovação de aptidão mediante certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

e) É criminosa a conduta adotada para facilitar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito.

Questão 29: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2002

Assunto: Classificação e espécies de contratos administrativos

O ato administrativo é um ato jurídico, pois se trata de uma declaração que produz efeitos jurídicos. Sendo ato jurídico, aloca-se dentro do gênero fato jurídico. Este se define como qualquer acontecimento a que o direito imputa e enquanto imputa efeitos jurídicos. O fato jurídico, portanto, pode ser um evento material ou uma conduta humana, voluntária ou involuntária, preordenada ou não a interferir na ordem jurídica. Basta que o sistema normativo lhe atribua efeitos de direito para qualificar-se como um fato jurídico.

Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de direito administrativo. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 333 (com adaptações).

Em relação ao ato e ao contrato administrativo, julgue o item seguinte.

São contratos administrativos todos os contratos do poder público com particular, seja pessoa física ou jurídica, para o atingimento de interesse público e sujeitos à legislação em vigor.

Certo

Errado

Questão 30: CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assunto: Características dos contratos administrativos (art. 54, lei 8666)

Assinale a opção correta no que se refere a contrato administrativo.

a) Nos contratos celebrados pela administração, o foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o do contratado.

b) Caso o contrato contenha vício de legalidade, como a ausência de algum dos requisitos de validade dos atos administrativos em geral, deverá ser promovida a sua invalidação, ou anulação, e não a sua revogação.

c) O contrato administrativo pode ter o seu equilíbrio quebrado em virtude de o Estado praticar ato ilícito que lhe modifique as condições, de modo a provocar prejuízo ao contratado. Nessa situação, fica caracterizado o denominado fato do príncipe.

d) O direito a revisão depende de previsão expressa no contrato, sendo insuficiente para a sua concessão a demonstração da existência de fato superveniente que tenha causado desequilíbrio econômico-financeiro no ajuste.

e) Devido à natureza personalíssima do contrato administrativo, não se admite subcontratação de partes de obra ou serviço contratado pelo poder público.

Questão 31: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013**Assunto:** Características dos contratos administrativos (art. 54, lei 8666)

No que se refere aos institutos das licitações e dos contratos administrativos, julgue o item subsecutivo.

Os contratos administrativos, embora bilaterais, não se caracterizam pela horizontalidade, já que as partes envolvidas não figuram em posição de igualdade.

Certo

Errado

Questão 32: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2002**Assunto:** Características dos contratos administrativos (art. 54, lei 8666)

A respeito das licitações, dos contratos administrativos, do poder de polícia e do serviço público, julgue o seguinte item.

Devido à prevalência do interesse público nos contratos administrativos, o regime jurídico dessa espécie contratual difere de maneira importante do regime dos contratos de direito privado; nos contratos administrativos, o poder público impõe relativa sujeição ao contratado particular e, por isso, tem faculdades como a de aplicar multa ao segundo pela violação de cláusulas contratuais e a de deduzi-la dos pagamentos que houver de fazer ao contratado, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário para esse fim.

Certo

Errado

Questão 33: CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018**Assunto:** Cláusulas necessárias nos contratos administrativos (art. 55 da Lei 8.666/1993)

Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

I No caso de atrasos dos pagamentos devidos pela administração contratante, superiores a noventa dias, é possível a aplicação, pelo contratado, da exceção do contrato não cumprido, salvo em casos excepcionais, como calamidade pública ou guerra.

II A modificação do regime de execução da obra para melhor adequação técnica constitui hipótese de alteração unilateral do contrato.

III Aos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra aplica-se o reajuste por índices.

IV É cláusula necessária dos contratos administrativos a que estabelece as penalidades cabíveis para as situações de sua inexecução parcial ou total.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Questão 34: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Duração dos contratos administrativos (art. 57, Lei 8666)

Uma autarquia federal contratou sem licitação, porque assim lhe pareceu conveniente, um advogado de notória especialização para representá-la judicialmente, com exclusividade, em quaisquer processo pelo prazo de cinco anos. O valor dos serviços foi pactuado segundo o preço de mercado. O Tribunal de Contas da União (TCU), entendendo ilegal a contratação, sustou, tão logo dela teve conhecimento, a execução do contrato. A autarquia, intimada da decisão do TCU, suspendeu o pagamento dos honorários que era feito mensalmente ao advogado pelos serviços por ele devidamente prestados. Decorridos três meses sem receber, o advogado renunciou aos mandatos a ele conferidos. Em relação à situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A duração do contrato administrativo deveria ficar, em princípio, adstrita à vigência dos créditos orçamentários que lhe dão suporte.

Certo

Errado

Questão 35: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Execução dos contratos (arts. 66 a 76 da Lei 8.666/1993)

Dada a necessidade de aumento da rede pública de ensino do estado Y, o secretário de educação, com o intuito de construir uma nova escola pública, resolveu consultar a procuradoria do estado para que esta esclarecesse algumas dúvidas relacionadas ao modelo licitatório e às normas contratuais aplicáveis à espécie.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Desde que haja previsão editalícia e contratual, e depois de demonstrada analiticamente a variação dos custos, a eventual contratada no processo licitatório poderá solicitar a repactuação dos preços ajustados.

Certo

Errado

Questão 36: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2010

Assunto: Extinção dos contratos (conclusão, anulação, rescisão - arts. 58, II, 59, 77 a 80, Lei 8666)

Acerca de licitação e de contratos administrativos, julgue o item subsequente.

A despesa realizada pela administração sem cobertura contratual não pode ser objeto de reconhecimento da obrigação de indenizar do Estado. O servidor responsável pela não prorrogação tempestiva do contrato ou pela não abertura de procedimento licitatório é quem deve pagar o fornecedor.

Certo

Errado

Questão 37: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Extinção dos contratos (conclusão, anulação, rescisão - arts. 58, II, 59, 77 a 80, Lei 8666)

A empresa Expresso 1111 impetrou mandado de segurança contra ato do secretário de infraestrutura de uma unidade da Federação, que concedeu permissão para a atividade de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros entre duas cidades à empresa Expresso 3333. A inicial requereu a suspensão, *in limine*, dos efeitos do Termo de Permissão Condicionada n.º 3/2000 concedido à Expresso 3333 para operar a linha referida e, ao final, a concessão em definitivo da segurança almejada no sentido de desconstituir o ato administrativo impugnado.

A empresa Expresso 1111 não se submeteu a processo licitatório, ainda que não houvesse motivo para dispensa ou inexigibilidade da licitação, mas obteve, na gestão anterior à do atual secretário de infraestrutura, um contrato que, segundo seu entendimento, a habilitava plenamente ao exercício da atividade. Como o novo secretário anulou esse contrato entre o estado e a empresa Expresso 1111, tendo realizado licitação e concedido à Expresso 3333, empresa vencedora do certame, a exploração da linha, a Expresso 1111 entendeu ter direito líquido e certo de continuar a exploração da linha, com base no contrato até então em curso.

Com referência à situação hipotética acima e à legislação a ela pertinente, julgue o item que se segue.

Na situação em apreço, a simples demonstração, pela empresa Expresso 1111, de que a continuidade da prestação dos seus serviços à população atende ao interesse público seria suficiente para que fosse mantido o seu contrato com a administração pública estadual.

Certo

Errado

Questão 38: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Extinção dos contratos (conclusão, anulação, rescisão - arts. 58, II, 59, 77 a 80, Lei 8666)

Em relação à licitação e ao contrato administrativo, julgue o item seguinte.

Se uma sociedade empresária mantiver contrato administrativo com o poder público, firmado após regular licitação, e vier a ter decretada sua falência, a administração poderá manter a vigência do contrato até o término deste, se constatar que há condições para o cumprimento do respectivo objeto; sem embargo, a administração poderá assumir o controle de algumas atividades, no caso de serviços essenciais.

Certo

Errado

Questão 39: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Teoria da Imprevisão (contratos administrativos)

Com relação à aplicação das teorias do fato do príncipe e da imprevisão nos contratos administrativos, julgue o próximo item.

Identifica-se fato do príncipe nos casos em que a administração contratante põe em prática o seu poder de alterar unilateralmente o contrato.

Certo

Errado

Questão 40: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2004

Assunto: Teoria da Imprevisão (contratos administrativos)

A respeito de licitação, contrato administrativo e convênio administrativo, julgue o item que se segue.

O fundamento da teoria da imprevisão é a álea econômica, decorrendo da aplicação dessa teoria um de dois efeitos: a rescisão contratual sem atribuição de culpa ou a revisão do preço para a restauração do equilíbrio do contrato administrativo.

Certo

Errado

Questão 41: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2002

Assunto: Teoria da Imprevisão (contratos administrativos)

A respeito das licitações, dos contratos administrativos, do poder de polícia e do serviço público, julgue o seguinte item.

A doutrina administrativista brasileira não admite a existência do chamado fato do príncipe negativo, isto é, o ato do poder público que afeta de maneira benéfica a situação do particular no contrato administrativo; exemplo dessa categoria seria a extinção de tributo incidente sobre fatos geradores praticados por causa da execução do contrato, o que elevaria os ganhos do contratado.

Certo

Errado

Questão 42: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Controle pelo Tribunal de Contas (art. 113, Lei 8666)

Uma autarquia federal contratou sem licitação, porque assim lhe pareceu conveniente, um advogado de notória especialização para representá-la judicialmente, com exclusividade, em quaisquer processo pelo prazo de cinco anos. O valor dos serviços foi pactuado segundo o preço de mercado. O Tribunal de Contas da União (TCU), entendendo ilegal a contratação, sustou, tão logo dela teve conhecimento, a execução do contrato. A autarquia, intimada da decisão do TCU, suspendeu o pagamento dos honorários que era feito mensalmente ao advogado pelos serviços por ele devidamente prestados. Decorridos três meses sem receber, o advogado renunciou aos mandatos a ele conferidos. Em relação à situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

O TCU poderia sustar a execução do contrato, entendendo-o ilegal.

Certo

Errado

Questão 43: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003

Assunto: Controle pelo Tribunal de Contas (art. 113, Lei 8666)

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

O Tribunal de Contas da União (TCU), analisando contrato administrativo celebrado entre a administração direta e uma empresa prestadora de serviços de vigilância, verificou a ocorrência de ilegalidade. Diante dessa circunstância, o TCU decretou a anulação do referido contrato, após a oitiva de todas as partes envolvidas.

Nessa situação, o TCU agiu em plena conformidade com o ordenamento jurídico, uma vez que, no exercício de sua competência, antes de decidir a respeito da nulidade do contrato, providenciou a audiência das partes envolvidas, assegurando-lhes o direito de defesa.

Certo

Errado

Questão 44: CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018**Assunto:** Tópicos mesclados sobre Contratos

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

Para o STJ, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços comprovadamente prestados, ainda que o contrato administrativo celebrado seja nulo por ausência de licitação ou que o contratado tenha concorrido para a nulidade contratual.

Certo

Errado

Questão 45: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003**Assunto:** Tópicos mesclados sobre Contratos

A Construtora Sólida Ltda., após vencer concorrência, celebrou contrato administrativo com órgão da administração pública direta para construção de uma ponte de 200 metros sobre o rio Profundo. Para vencer a licitação, a empresa reduziu ao máximo sua margem de lucro, para 15% do valor contratual, e negociou a aquisição de cimento com um fornecedor de Taiwan, a custos bem inferiores ao produto brasileiro. Quinze dias após a assinatura do contrato, um inesperado acontecimento bélico na Europa, combinado com um desequilíbrio conjuntural na balança comercial brasileira, provocou a alta do dólar frente ao real em 68%. Com isso, a construtora, refazendo os cálculos, verificou que a execução do contrato acarretaria para ela um prejuízo de aproximadamente 30% do seu valor. Fundada nesses cálculos, a empresa solicitou à administração a revisão de preços.

Com relação aos contratos administrativos e à situação hipotética acima apresentada, julgue o item.

É devida a revisão de preços à construtora Sólida, assentada na doutrina do fato do príncipe, uma vez que o desequilíbrio econômico financeiro do contrato se dá por circunstâncias excepcionais e imprevisíveis, alheias à vontade do contratado.

Certo

Errado

Intervenção do Estado na Propriedade**Questão 46:** CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017**Assunto:** Servidões Administrativas

Com base na legislação processual e no Código Civil, julgue o seguinte item, acerca de ações possessórias e servidão urbanística.

A servidão predial imposta em razão de servidão administrativa é indivisível e pode subsistir mesmo no caso de divisão do imóvel serviente.

Certo

Errado

Questão 47: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2009

Assunto: Servidões Administrativas

Acerca das servidões administrativas e das desapropriações, julgue o item a seguir.

Servidão administrativa é um direito real de gozo que independe de autorização legal, recaindo sobre imóvel de propriedade alheia. Sejam públicas ou privadas, as servidões se caracterizam pela perpetuidade, podendo, entretanto, ser extintas no caso de perda da coisa gravada ou de desafetação da coisa dominante. Em regra, não cabe indenização quando a servidão, incidente sobre imóvel determinado, decorrer de decisão judicial.

Certo

Errado

Questão 48: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2004

Assunto: Servidões Administrativas

Com referência a servidões administrativas e desapropriação, julgue o item a seguir.

A servidão administrativa tem por fundamento a supremacia do interesse público e pode incidir sobre bens públicos e privados.

Certo

Errado

Questão 49: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Servidões Administrativas

A respeito da discricionariedade administrativa, da intervenção do Estado na propriedade, dos atos de improbidade administrativa e da responsabilidade extracontratual do Estado, julgue o seguinte item.

As servidões administrativas guardam diversas características comuns com as servidões do direito civil, assim como algumas diferenças; entre as distinções, aponta-se que as primeiras podem acarretar certas obrigações positivas por parte do titular dos direitos sobre o bem atingido, ao passo que as segundas apenas impõem obrigações negativas. Além disso, as primeiras não são extinguíveis por força da prescrição, diversamente das servidões civis.

Certo

Errado

Questão 50: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Limitações Administrativas (intervenção da propriedade)

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

A limitação administrativa é instituída pela administração pública sobre determinado imóvel privado, para atendimento do interesse público, sem operar transferência de domínio, nem de posse, nem do uso total do bem a terceiros ou ao poder público.

Certo

Errado

Questão 51: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2002

Assunto: Limitações Administrativas (intervenção da propriedade)

No que tange aos bens públicos, às limitações e servidões administrativas e à desapropriação, julgue o item subsequente.

Na servidão administrativa, o dono do imóvel pode ser obrigado, conforme o caso, a tolerar o uso, pela administração pública ou por particulares, da porção do bem que é objeto do ônus.

Certo

Errado

Questão 52: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Assunto: Tombamento - Conceitos e Decreto-Lei nº 25/1937

Com referência às formas de limitação da propriedade, à proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e à desapropriação, assinale a opção correta.

a) Após o prazo fixado na lei que define a área sujeita ao direito de preempção, não viola o direito de preferência a venda de imóvel a particular mediante proposta diferente da apresentada ao poder público, ainda que sem previamente consultá-lo.

b) Em virtude da aplicação do princípio da isonomia, incide o prazo prescricional de três anos à pretensão do proprietário para a reparação de prejuízos decorrentes da requisição.

c) Enquanto a requisição administrativa pode ser gratuita ou remunerada, a ocupação temporária, devido ao seu caráter precário, será sempre gratuita.

d) Admite-se a instituição de servidão administrativa de bem da União por município, desde que declarada a utilidade pública e observado o procedimento da desapropriação.

e) Segundo o STJ, não incide o princípio da hierarquia federativa no exercício da competência concorrente para o tombamento de bens públicos, o que autoriza um município a tomar bens do respectivo estado.

Questão 53: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Tombamento - Conceitos e Decreto-Lei nº 25/1937

O tombamento, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, é forma de intervenção do Estado a propriedade privada. Acerca desse tema, julgue o item subsequente.

O tombamento pode atingir bens públicos ou particulares, sendo vedado, para o caso dos bens públicos, o tombamento de caráter provisório.

Certo

Errado

Questão 54: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Tombamento - Conceitos e Decreto-Lei nº 25/1937

O tombamento, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, é forma de intervenção do Estado a propriedade privada. Acerca desse tema, julgue o item subsequente.

O tombamento é uma restrição parcial da propriedade que gera, em regra, direito a indenização.

Certo

Errado

Questão 55: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2002

Assunto: Tombamento - Conceitos e Decreto-Lei nº 25/1937

No que tange aos bens públicos, às limitações e servidões administrativas e à desapropriação, julgue o item subsequente.

Devido às limitações que gera ao pleno exercício do direito de propriedade, o tombamento, seja ele encarado como servidão ou como limitação administrativa, sempre gera para o dono do bem tombado o direito à indenização por causa dessas restrições.

Certo

Errado

Questão 56: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016**Assunto:** Desapropriação

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

Tendo o direito de propriedade garantia constitucional, ao Estado só é lícito desapropriar mediante indenização prévia e se a propriedade não estiver cumprindo sua função social.

Certo

Errado

Questão 57: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013**Assunto:** Desapropriação

Relativamente à permissão de uso de bem público e à desapropriação por utilidade pública, julgue o item a seguir.

Caracteriza desapropriação por utilidade pública, entre outras, aquela que o Estado promove para a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, assim como para a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves.

Certo

Errado

Questão 58: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007**Assunto:** Desapropriação

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) editou norma determinando que qualquer desapropriação a ser realizada no território do DF deveria passar antes pelo crivo do Poder Legislativo local. A União, na vigência dessa lei, ignorou a norma, de modo que o INCRA deu início aos procedimentos para a realização de uma desapropriação para fins de reforma agrária, sem prévia consulta à CLDF. Durante a vistoria, o INCRA observou discrepância entre a metragem real do imóvel e aquela prevista em sua escritura. No decreto desapropriatório que se sucedeu, foi mencionada a metragem constante da escritura e não, a metragem real do imóvel. No momento do pagamento da indenização, as benfeitorias úteis e necessárias foram pagas diretamente, sem utilização de precatórios.

Com relação à situação hipotética acima, julgue o item a seguir.

Na vistoria e no decreto desapropriatório, deve-se considerar a área constante da escritura do imóvel, sob pena de restar prejudicada a validade desse decreto.

Certo

Errado

Questão 59: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Desapropriação

Um latifundiário teve parte de sua propriedade rural, por ele não utilizada, declarada de utilidade pública, com o propósito de desapropriação. Publicado o decreto expropriatório, a União depositou o valor cadastral do imóvel para fins de lançamento de imposto territorial rural, cujo valor fora atualizado no ano anterior, e pediu, independentemente da citação do réu, imissão provisória na posse. Deferida a imissão, pretendeu a União registro da terra em seu nome. Em face dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O poder público deve intentar a ação expropriatória no prazo de até dois anos, contados da expedição do decreto expropriatório.

Certo

Errado

Questão 60: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Assunto: Tópicos mesclados sobre Intervenção do Estado na Propriedade Privada

À luz da doutrina e da jurisprudência sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

a) **Situação hipotética:** Determinada propriedade rural é produtiva e cumpre sua função social em metade de sua extensão, ao passo que, na outra metade, são cultivadas plantas psicotrópicas ilegais. **Assertiva:** Nessa situação, eventual desapropriação recairá somente sobre a metade que se destina ao cultivo de plantas psicotrópicas ilegais.

b) **Situação hipotética:** Um estado emitiu decreto expropriatório para a construção de um hospital. Após a execução do ato expropriatório, a região foi acometida por fortes chuvas, que destruíram um grande número de escolas. **Assertiva:** Nessa situação, se determinar a alteração da destinação do bem para a construção de escolas, o estado não terá obrigação de garantir ao ex-proprietário o direito de retrocessão.

c) **Situação hipotética:** Maria adquiriu um apartamento na cobertura de um edifício. Após a aquisição do imóvel, com a averbação do registro, Maria pleiteou indenização contra o estado, considerando a prévia existência de linha de transmissão em sua propriedade. **Assertiva:** Nessa situação, Maria terá direito a indenização, desde que o prejuízo alegado não recaia também sobre as demais unidades do edifício.

d) **Situação hipotética:** Um imóvel com área efetivamente registrada equivalente a 90% da sua área real, de propriedade de Pedro, foi objeto de desapropriação direta. **Assertiva:** Nessa situação, o pagamento de indenização a Pedro deverá recair sobre a totalidade da área real do referido imóvel.

e) Um imóvel rural produtivo, mas que não cumpre a sua função social, poderá ser desapropriado para fins de reforma agrária, segundo a CF.

Questão 61: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2004

Assunto: Tópicos mesclados sobre Intervenção do Estado na Propriedade Privada

No que se refere aos serviços públicos e aos recursos minerais e potenciais de energia elétrica, julgue o item subsequente.

O aproveitamento dos recursos minerais ocorre sob regime de monopolização quando, em virtude de lei especial, o aproveitamento desses recursos depender de execução direta ou indireta do governo federal.

Certo

Errado

Direito Civil

Direito dos Contratos

Questão 62: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2009

Assunto: Princípios contratuais no Código Civil

No que tange à responsabilidade civil, julgue o item seguinte.

Embora o CC somente tenha feito referência à boa-fé na conclusão e na execução do contrato, a doutrina entende haver lugar para a responsabilidade pré-contratual, a qual não se aplica aos chamados contratos preliminares, mas aos contatos anteriores à formalização do pacto contratual.

Certo

Errado

Questão 63: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Princípios contratuais no Código Civil

No campo das obrigações e dos contratos, várias novas teorias têm sido delineadas pela doutrina e pela jurisprudência. A esse respeito, julgue o item que se segue.

A partir do princípio da função social, tem-se estudado aquilo que se convencionou chamar de efeitos externos do contrato, que constituem uma releitura da relatividade dos efeitos dos contratos.

Certo

Errado

Questão 64: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Princípios contratuais no Código Civil

Acerca dos contratos, julgue o item a seguir.

Os princípios sociais dos contratos, ou seja, sua função social, sua equivalência material e sua boa-fé objetiva, são comuns a todos os contratos, até mesmo nos casos em que o poder negocial dominante não está configurado.

Certo

Errado

Questão 65: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004**Assunto:** Princípios contratuais no Código Civil

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Vilma celebrou contrato de financiamento com uma instituição financeira antes da entrada em vigor do atual Código Civil. Por força desse contrato, ficou obrigada a pagar, mensalmente, prestações pecuniárias à instituição pelo prazo de 10 anos. Nessa situação, o referido contrato deve subordinar-se integralmente aos preceitos do código revogado, pois não pode a lei nova atingir a validade dos negócios jurídicos já constituídos, nem interferir nos efeitos do contrato de execução de trato sucessivo, salvo se houver sido assim previsto pelas partes.

Certo

Errado

Questão 66: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004**Assunto:** Da Formação dos Contratos (arts. 427 a 435)

Com relação a contratos, julgue o item que se segue.

Os contratantes não podem criar situações jurídicas que afrontem direitos de terceiros, nem podem terceiros agir, frente ao contrato, de modo a dolosamente lesar o direito subjetivo do contratante.

Certo

Errado

Questão 67: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004**Assunto:** Dos Vícios Redibitórios (arts. 441 a 446)

Com relação a contratos, julgue o item que se segue.

Considere a seguinte situação hipotética.

Carmem adquiriu um quadro que julgava ser um original de um famoso pintor. Descobriu, após efetuados o pagamento e a entrega do quadro, que se tratava de uma cópia.

Nessa situação, Carmem pode, alegando a ocorrência do vício redibitório, propor contra o vendedor ação redibitória, objetivando a rescisão do contrato com a devolução do objeto, ou ação estimatória pedindo o abatimento do preço.

Certo

Errado

Questão 68: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Dos Vícios Redibitórios (arts. 441 a 446)

A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada, por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminua o valor. Diante de tal ocorrência, e perante a legislação civil contratual e obrigacional, julgue o item seguinte.

Em vez de rejeitar a coisa, poderá haver ação para pedir abatimento do preço.

Certo

Errado

Questão 69: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Dos Vícios Redibitórios (arts. 441 a 446)

A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada, por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminua o valor. Diante de tal ocorrência, e perante a legislação civil contratual e obrigacional, julgue o item seguinte.

Se a coisa for vendida em hasta pública, não cabe a ação de pedir abatimento no preço.

Certo

Errado

Questão 70: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Da Evicção (arts. 447 a 457)

A respeito dos contratos, julgue o item a seguir.

O adquirente de bem em hasta pública não tem as garantias dos vícios redibitórios nem da evicção, pois a natureza processual da arrematação afasta a natureza negocial da compra e venda.

Certo

Errado

Questão 71: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos Contratos Aleatórios (arts. 458 a 461)

Julgue o item a seguir, referente aos contratos.

É possível a revisão ou a resolução dos contratos aleatórios por sua onerosidade excessiva, desde que o evento gerador da revisão ou resolução, superveniente, extraordinário e imprevisível, não se relacione com a própria álea assumida no contrato.

Certo

Errado

Questão 72: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2006

Assunto: Exceção do contrato não cumprido (arts. 476 e 477)

Acerca dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue o seguinte item.

O contrato bilateral caracteriza-se pela reciprocidade das prestações. Nesse contrato, ambos os contratantes têm o dever de cumprir, recíproca e concomitantemente, as prestações e obrigações por eles assumidas. Assim, nenhum dos contratantes, sem ter cumprido o que lhe cabe, pode exigir que o outro o faça. O desatendimento dessa regra enseja defesa por meio da exceção do contrato não cumprido, e a procedência desta constitui-se como causa de suspensão da exigibilidade da prestação do excipiente.

Certo

Errado

Questão 73: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2009

Assunto: Da Resolução por Onerosidade Excessiva (arts. 478 a 480)

Com base na disciplina relativa à extinção dos contratos, julgue o item a seguir.

Para que o juiz resolva contrato entre particulares, com base na aplicação da teoria da imprevisão, basta a parte interessada provar que o acontecimento ensejador da resolução é extraordinário, imprevisível e excessivamente oneroso para ela.

Certo

Errado

Questão 74: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Da Resolução por Onerosidade Excessiva (arts. 478 a 480)

A respeito dos contratos, julgue o item a seguir.

Como exceção ao princípio da intangibilidade ou inalterabilidade do contrato, admite-se a intervenção judicial nos contratos bilaterais e comutativos, de execução continuada ou diferida, quando ocorrer causa superveniente ao contrato, capaz de gerar mudanças nas condições econômicas sob as quais foi celebrado o contrato, ocasionando onerosidade excessiva, decorrente de evento extraordinário e imprevisível. Assim, ante a impossibilidade de cumprimento obrigacional, pela onerosidade excessiva, pode a parte prejudicada requerer judicialmente a resolução ou o reajuste do contrato.

Certo

Errado

Questão 75: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Da Resolução por Onerosidade Excessiva (arts. 478 a 480)

Acerca dos contratos, julgue o item a seguir.

O desequilíbrio econômico causado por onerosidade excessiva do contrato é motivo suficiente para que ele seja modificado ou resolvido, procedimento fundamentado pela teoria da imprevisão.

Certo

Errado

Questão 76: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Assunto: Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

O direito que o vendedor de um imóvel guarda de reavê-lo, no prazo máximo previsto no Código Civil, restituindo ao comprador o valor recebido e reembolsando-lhe as despesas — entre elas, as que se efetuaram mediante autorização escrita do proprietário bem como aquelas destinadas à realização de benfeitorias necessárias —, constitui a

- a) venda a contento.
- b) resolução potestativa.
- c) retrovenda.
- d) preempção.
- e) reserva de domínio.

Questão 77: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015**Assunto:** Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

A respeito dos contratos, julgue o próximo item à luz do Código Civil.

Se vendedor e comprador estipularem o cumprimento das obrigações de forma simultânea em venda à vista, ficará afastada a utilização do direito de retenção por parte do vendedor caso o preço não seja pago.

Certo

Errado

Questão 78: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2009**Assunto:** Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

Com base na disciplina relativa à extinção dos contratos, julgue o item a seguir.

Em virtude do princípio da autonomia de vontade, admite-se que seja inserida, no contrato de compra e venda de bem móvel, pactuado entre particulares, a cláusula *solve et repete*.

Certo

Errado

Questão 79: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002**Assunto:** Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

Luís adquiriu um imóvel de Fábio. No entanto, ao solicitar o registro da escritura no Cartório de Registro Imobiliário, descobriu que Fábio não era o proprietário do imóvel, sendo este de propriedade de Antônio, amigo de Fábio.

Em face dessa situação hipotética e segundo a legislação civil vigente relativa ao registro público e às obrigações e contratos, julgue o item que se segue.

Independentemente da situação descrita, Luís deverá ser o proprietário do imóvel oriundo de contrato de compra e venda, causa suficiente para a transferência de propriedade.

Certo

Errado

Questão 80: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002**Assunto:** Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

Luís adquiriu um imóvel de Fábio. No entanto, ao solicitar o registro da escritura no Cartório de Registro Imobiliário, descobriu que Fábio não era o proprietário do imóvel, sendo este de propriedade de Antônio, amigo de Fábio.

Em face dessa situação hipotética e segundo a legislação civil vigente relativa ao registro público e às obrigações e contratos, julgue o item que se segue.

Com base na escritura de compra e venda assinada entre Luís e Fábio, aquele poderá exigir de Antônio que transfira o imóvel para sua propriedade.

Certo

Errado

Questão 81: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

Luís adquiriu um imóvel de Fábio. No entanto, ao solicitar o registro da escritura no Cartório de Registro Imobiliário, descobriu que Fábio não era o proprietário do imóvel, sendo este de propriedade de Antônio, amigo de Fábio.

Em face dessa situação hipotética e segundo a legislação civil vigente relativa ao registro público e às obrigações e contratos, julgue o item que se segue.

Na hipótese de Fábio ser absolutamente incapaz e mesmo que Luís desconheça essa circunstância, Luís não poderá requerer a devolução do dinheiro pago a Fábio.

Certo

Errado

Questão 82: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

Luís adquiriu um imóvel de Fábio. No entanto, ao solicitar o registro da escritura no Cartório de Registro Imobiliário, descobriu que Fábio não era o proprietário do imóvel, sendo este de propriedade de Antônio, amigo de Fábio.

Em face dessa situação hipotética e segundo a legislação civil vigente relativa ao registro público e às obrigações e contratos, julgue o item que se segue.

O registro imobiliário poderá ser modificado, impondo-se pela escritura pública que Fábio seja considerado o proprietário do imóvel.

Certo

Errado

Questão 83: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

Luís adquiriu um imóvel de Fábio. No entanto, ao solicitar o registro da escritura no Cartório de Registro Imobiliário, descobriu que Fábio não era o proprietário do imóvel, sendo este de propriedade de Antônio, amigo de Fábio.

Em face dessa situação hipotética e segundo a legislação civil vigente relativa ao registro público e às obrigações e contratos, julgue o item que se segue.

A titularidade da propriedade prevista no Registro Imobiliário não poderá ser contestada em nenhuma hipótese por ser uma presunção absoluta.

Certo

Errado

Questão 84: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002**Assunto:** Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

Julgue o item subsequente, a respeito dos contratos de compra e venda.

Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes obriga-se a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe outra coisa em troca.

Certo

Errado

Questão 85: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002**Assunto:** Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

Julgue o item subsequente, a respeito dos contratos de compra e venda.

Os ascendentes não podem vender aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consentam.

Certo

Errado

Questão 86: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002**Assunto:** Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

Julgue o item subsequente, a respeito dos contratos de compra e venda.

Na cláusula de retrovenda, o vendedor pode reservar-se o direito de recobrar, em certo prazo, o imóvel que vendeu, restituindo o preço acrescido das despesas feitas pelo comprador.

Certo

Errado

Questão 87: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Da Compra e Venda (arts. 481 a 532)

A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada, por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminua o valor. Diante de tal ocorrência, e perante a legislação civil contratual e obrigacional, julgue o item seguinte.

Em um contrato de compra e venda, em regra, podem ser alegados vícios redibitórios.

Certo

Errado

Questão 88: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Assunto: Da Doação (arts. 538 a 564)

Julgue o item seguinte, que diz respeito à aplicação da lei, às pessoas e aos bens.

Situação hipotética: João recebeu de seu avô, por doação pura e simples, com cláusula de impenhorabilidade e incomunicabilidade, o imóvel no qual reside. Anos mais tarde, João faleceu. **Assertiva:** Nessa situação, a transmissão do referido imóvel aos herdeiros necessários de João se dará com a cláusula restritiva, devendo a sua alienação ocorrer por autorização judicial.

Certo

Errado

Questão 89: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Da Doação (arts. 538 a 564)

A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada, por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminua o valor. Diante de tal ocorrência, e perante a legislação civil contratual e obrigacional, julgue o item seguinte.

As doações gravadas com encargo estão sujeitas ao vício redibitório.

Certo

Errado

Questão 90: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Locação de Coisas (arts. 565 a 578)

Acerca da locação de imóveis urbanos, julgue o próximo item.

Celebrado contrato de locação de imóvel, violará o princípio da boa-fé objetiva o locatário que, após exercer a posse direta do imóvel, alegar que o locador, por não ser o proprietário do imóvel, não tem legitimidade para o ajuizamento de eventual ação de despejo nas hipóteses em que a lei não exija essa condição do demandante.

Certo

Errado

Questão 91: CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015**Assunto: Da Empreitada (arts. 610 a 626)**

Carlos celebrou contrato de empreitada com João para que este construísse uma casa. No contrato, foi pactuado o fornecimento dos materiais por João e o pagamento da obra por preço certo.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Iniciada a construção, Carlos não poderá suspendê-la sem comprovar justa causa.
- b) Concluída a obra após o prazo previsto no contrato, João deverá receber de forma proporcional ao tempo nela empregado.
- c) A inobservância de regras técnicas não será causa suficiente para a rejeição da obra; nesse caso, o preço deverá ser abatido em proporção correspondente às regras não observadas.
- d) Carlos não poderá alterar o projeto após o início da construção.
- e) Até a data em que Carlos receber a obra, os riscos da construção correrão por conta de João.

Questão 92: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015**Assunto: Da Empreitada (arts. 610 a 626)**

A respeito dos contratos, julgue o próximo item à luz do Código Civil.

Caso os materiais para construção de obra decorrente de contrato em que o empreiteiro se responsabilize apenas pela mão de obra pereçam, o prejuízo recairá sobre o dono do empreendimento.

Certo

Errado

Questão 93: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003

Assunto: Do Depósito (arts. 627 a 652)

Julgue o item, referente a direito civil.

Segundo o disposto no Código Civil, "Pelo contrato de depósito recebe o depositário um objeto móvel; para guardar, até que o depositante o reclame", prevendo a lei que esse contrato tem a modalidade de gratuito. Em função dessa disposição legal, fica vedada estipulação de que o depositário seja gratificado em função desse contrato.

Certo

Errado

Questão 94: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

Assunto: Do Mandato (arts. 653 a 692)

Acerca de ato e negócio jurídicos e de obrigações e contratos, julgue o item que se segue.

Tratando-se de contrato de mandato, o casamento do mandante não influenciará nos poderes já conferidos ao mandatário.

Certo

Errado

Questão 95: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Assunto: Do Mandato (arts. 653 a 692)

A respeito dos contratos, julgue o próximo item à luz do Código Civil.

No mandato outorgado por mandante capaz, são válidos os atos praticados por mandatário com dezesseis anos de idade, ainda que não emancipado, desde que não sejam excedidos os limites do mandato.

Certo

Errado

Questão 96: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Do Mandato (arts. 653 a 692)

A respeito dos contratos, julgue o item a seguir.

A procuração em causa própria não encerra conteúdo de mandato, mantendo apenas a aparência de procuração autorizativa de representação. Caracteriza-se como negócio jurídico dispositivo, translativo de direitos, que dispensa prestação de contas, tem caráter irrevogável e confere poderes gerais, no exclusivo interesse do outorgado.

Certo

Errado

Questão 97: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Do Mandato (arts. 653 a 692)

Acerca dos contratos, julgue o item a seguir.

Estando explicitada no instrumento público de mandato cláusula genérica relativa à alienação de determinado bem, está autorizado o mandatário a efetuar a doação válida do bem.

Certo

Errado

Questão 98: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Do Mandato (arts. 653 a 692)

Com referência aos fatos jurídicos, julgue o item que se segue.

Não terá validade jurídica a procuração que, outorgada por pessoa dominada pelo vício das drogas e do álcool, sem a devida assistência, confira ao outorgado amplos poderes para alienação de imóvel de sua propriedade.

Certo

Errado

Questão 99: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003

Assunto: Do Mandato (arts. 653 a 692)

Julgue o item, referente a direito civil.

Relativamente ao instituto do mandato, é correto afirmar que a pessoa maior de dezesseis anos e menor de vinte e um anos de idade, não emancipada, pode ser mandatária.

Certo

Errado

Questão 100: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003

Assunto: Do Mandato (arts. 653 a 692)

Julgue o item, referente a direito civil.

Mesmo não ocorrendo nenhuma das causas legais de cessação de mandato, o juiz poderá exigir a apresentação de instrumento atualizado quando se tratar de levantamento de depósito judicial.

Certo

Errado

Questão 101: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2004

Assunto: Da Corretagem (arts. 722 a 729)

A respeito de contratos, julgue o item seguinte.

O contrato de corretagem de venda de imóvel é considerado como aperfeiçoado quando o negócio imobiliário se concretiza. Assim, celebrado o negócio entre vendedor e comprador mediante o pagamento do sinal e princípio de pagamento, com cláusula vedatória de arrependimento, termina o serviço de intermediação prestado pela corretora, sendo devida a comissão respectiva, que não pode ser afastada sob o argumento de que o comprador, a quem fora atribuído o ônus da corretagem, desistiu da aquisição, celebrando distrato com o vendedor.

Certo

Errado

Questão 102: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2010

Assunto: Do Transporte (arts. 730 a 756)

A respeito da responsabilidade contratual, julgue o item a seguir.

Em caso de acidente automotivo, a responsabilidade da transportadora ficará afastada se comprovado que os danos sofridos pelo passageiro decorreram de falha mecânica do veículo.

Certo

Errado

Questão 103: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Assunto: Do Seguro (arts. 757 a 802)

Acerca dos contratos de seguro, é correto afirmar que

a) a diminuição do risco no curso do contrato de seguro, em regra, acarreta a redução do prêmio estipulado.

- b) o segurador poderá pagar em títulos o prejuízo resultante do risco assumido, hipótese na qual o prêmio será pago em dobro.
- c) a recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo, mediante expressa cláusula contratual, só poderá operar uma única vez.
- d) o segurado poderá comunicar à seguradora o sinistro a qualquer tempo.
- e) a mora do segurador no pagamento do sinistro obriga à atualização monetária, mas não aos juros moratórios.

Questão 104: CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

Assunto: Do Seguro (arts. 757 a 802)

Com relação ao contrato de seguro de dano, assinale a opção correta.

- a) Pago o prêmio em prestações, o segurado fará jus à percepção do valor do seguro somente após a quitação.
- b) Veda-se ao segurado fazer mais de um seguro para proteger o bem contra o mesmo risco.
- c) A insolvência do segurador afasta do segurado a responsabilidade pela reparação dos danos.
- d) Se for nominativa a apólice, o contrato poderá ser transferido ao adquirente da coisa segurada.
- e) Garantia de risco proveniente de ato doloso exige estipulação expressa e destacada no contrato.

Questão 105: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Do Seguro (arts. 757 a 802)

Toni firmou contrato de seguro de dano com certa seguradora, cujo objeto era um automóvel recentemente adquirido.

Acerca dessa situação hipotética e do direito securitário, julgue o seguinte item.

O contrato de seguro firmado entre Toni e a seguradora é considerado de natureza aleatória.

Certo

Errado

Questão 106: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Do Seguro (arts. 757 a 802)

Toni firmou contrato de seguro de dano com certa seguradora, cujo objeto era um automóvel recentemente adquirido.

Acerca dessa situação hipotética e do direito securitário, julgue o seguinte item.

Na vigência do contrato, Toni não poderá contratar, pelo seu valor integral, novo contrato de seguro sobre o mesmo bem e sobre os mesmos riscos junto a outra seguradora de automóveis.

Certo

Errado

Questão 107: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Do Seguro (arts. 757 a 802)

Julgue o item seguinte, com base nos princípios gerais do direito comercial, na legislação em vigor e na doutrina dominante.

O seguro é um contrato de adesão, ao qual pode ser aplicado o contido no Código Civil de 2002, ou no Código de Defesa do Consumidor, caso o segurado seja consumidor, de forma que as cláusulas ambíguas ou contraditórias sejam interpretadas em favor do segurado (ou terceiro beneficiado), sendo nulas as cláusulas de renúncia a direitos próprios do contrato.

Certo

Errado

Questão 108: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003

Assunto: Do Seguro (arts. 757 a 802)

Julgue o item, referente a direito civil.

Pelas regras jurídicas quanto ao seguro, pode uma pessoa fazer o seguro sobre a própria vida, ou sobre a de outrem, justificando, porém, neste último caso, o seu interesse pela preservação daquela que segura, sob pena de não valer o seguro, caso se prove ser falso o motivo alegado. Todavia, tal justificção não poderá ser exigida se o terceiro for descendente, ascendente, irmão ou cônjuge do proponente.

Certo

Errado

Questão 109: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Do Jogo e da Aposta (arts. 814 a 817)

Suponha que Alberto (devedor), jogador inveterado, contraiu dívida de jogo com Pedro (credor), em janeiro de 1960. Em face dessa situação, considerando a legislação civil vigente relativa às obrigações, à prescrição e à decadência, julgue o item que se segue.

Pedro poderia ter entrado com ação de cobrança contra Alberto em janeiro de 1964.

Certo

Errado

Questão 110: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Do Jogo e da Aposta (arts. 814 a 817)

Suponha que Alberto (devedor), jogador inveterado, contraiu dívida de jogo com Pedro (credor), em janeiro de 1960. Em face dessa situação, considerando a legislação civil vigente relativa às obrigações, à prescrição e à decadência, julgue o item que se segue.

Na obrigação referida, há os elementos dever de Alberto de pagar (*debitum*) e a responsabilidade que alcança o patrimônio de Alberto (*obligatio*), que caracterizam as obrigações civis, segundo a teoria dualista de Brinz do vínculo jurídico obrigacional.

Certo

Errado

Questão 111: CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Assunto: Da Fiança (arts. 818 a 839)

Em determinado contrato, uma pessoa garantiu satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor. A dívida é futura e o devedor não anuiu ao contrato.

Nessa situação, se o devedor não cumprir a obrigação,

- a) o contrato será passível de invalidação.
- b) será admitida a interpretação extensiva para beneficiar o devedor.
- c) o contrato será nulo.
- d) o garantidor poderá utilizar o benefício de ordem.
- e) será restabelecida a garantia diante da evicção da coisa dada em pagamento.

Questão 112: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2006

Assunto: Da Fiança (arts. 818 a 839)

Acerca dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue o seguinte item.

A fiança dada por duas ou mais pessoas acarreta a solidariedade entre os fiadores. A referida solidariedade se apresenta entre os fiadores e o devedor principal. Assim, se o devedor principal não pagar o débito, cada fiador obriga-se a pagá-lo na totalidade. Poderá o credor executar todos eles e, se forem penhorados bens de todos, os fiadores têm o direito de exigir que os bens do executado sejam leiloados primeiro.

Certo

Errado

Questão 113: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2004

Assunto: Da Fiança (arts. 818 a 839)

A respeito de contratos, julgue o item seguinte.

Se o credor torna impossível a sub-rogação nos seus direitos e preferências, por não ter providenciado a inscrição da hipoteca, o fiador fica desobrigado, porquanto presume-se que assumiu a obrigação convicto de que poderia contar com a garantia hipotecária, pagando a fiança, e de que teria em seu favor a garantia real.

Certo

Errado

Direito Constitucional

Direitos e Garantias Fundamentais

Questão 114: CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

Considere as duas afirmações a seguir.

I Em um processo judicial, o Estado deve assegurar a observância do contraditório e da ampla defesa.

II Nas relações entre a imprensa e os particulares, a imprensa deve observar o direito à honra, sob pena de consequências como direito de resposta e indenização por dano material ou moral.

As afirmações I e II contemplam situações que exemplificam a

- a) eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- b) eficácia externa dos direitos fundamentais.
- c) eficácia diagonal dos direitos individuais.
- d) eficácia vertical e a eficácia horizontal dos direitos individuais, respectivamente.
- e) eficácia externa e a eficácia vertical dos direitos individuais, respectivamente.

Questão 115: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004**Assunto:** Características (Direitos Fundamentais)

No que se refere às declarações de direitos, aos direitos e garantias individuais e coletivos e, ainda, ao princípio da legalidade, ao princípio da isonomia e ao regime constitucional da propriedade na Constituição da República de 1988, julgue o item subsequente.

Segundo a doutrina, os feitos horizontais dos direitos, liberdades e garantias individuais dizem respeito às suas limitações recíprocas, na ordem constitucional.

Certo

Errado

Questão 116: CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018**Assunto:** Gerações de Direitos Fundamentais

Os direitos destinados a assegurar a soberania popular mediante a possibilidade de interferência direta ou indireta nas decisões políticas do Estado são direitos

- a) políticos de primeira dimensão.
- b) políticos de terceira dimensão.
- c) políticos de segunda geração.
- d) sociais de segunda geração.
- e) sociais de primeira dimensão.

Questão 117: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006**Assunto:** Gerações de Direitos Fundamentais

Com relação ao direito constitucional, julgue o item seguinte.

Os direitos fundamentais de segunda geração são aqueles que traduzem liberdades positivas, reais ou concretas, de sorte a materializar o princípio da igualdade; ao passo que os direitos de terceira geração materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagrando o princípio da solidariedade.

Certo

Errado

Questão 118: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Gerações de Direitos Fundamentais

No atinente aos direitos fundamentais, julgue o item seguinte.

Historicamente, os direitos que hoje se conhecem como fundamentais surgiram como limitações à ingerência abusiva do Estado na esfera da vida individual; esses direitos, essencialmente ligados à defesa da liberdade, são o que atualmente se denomina direitos de primeira geração (ou de primeira dimensão).

Certo

Errado

Questão 119: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017**Assunto:** Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito das normas constitucionais, do mandado de injunção e dos municípios, julgue o item subsequente.

O princípio da legalidade diferencia-se do da reserva legal: o primeiro pressupõe a submissão e o respeito à lei e aos atos normativos em geral; o segundo consiste na necessidade de a regulamentação de determinadas matérias ser feita necessariamente por lei formal.

Certo

Errado

Questão 120: CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017**Assunto:** Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

À luz do entendimento do STF, assinale a opção correta, a respeito dos direitos e garantias fundamentais.

- a) A licença-maternidade não é garantida à mulher adotante.
- b) Lei para alteração de processo eleitoral pode ser aplicada no mesmo ano das eleições, desde que seja editada cento e oitenta dias antes do pleito.
- c) O direito de reunião e o direito à livre expressão do pensamento legitimam a realização de passeatas em favor da descriminalização de determinada droga.
- d) As prerrogativas constitucionais de investigação das CPIs possibilitam a quebra de sigilo imposto a processo sujeito ao segredo de justiça.

Questão 121: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017**Assunto:** Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

Determinada demanda judicial, em que são partes um estrangeiro residente no Brasil e um estado da Federação, prolonga-se por vinte e cinco anos.

Nesse caso, à luz da legislação e da doutrina constitucional, o direito à razoável duração do processo

- a) é norma programática e não gera efeitos individuais imediatos no caso concreto.
- b) é aplicável em favor do estrangeiro na esfera judicial, mas não o seria no âmbito administrativo.
- c) pode amparar ambas as partes e ter efeitos imediatos sobre a situação individual cogitada.
- d) não ampara o estado da Federação, por se tratar de direito individual oponível contra o Estado.
- e) não ampara o estrangeiro, por ausência de previsão no texto constitucional.

Questão 122: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Assunto: Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

Ainda sobre a organização e o funcionamento de diversas instituições públicas brasileiras, julgue o item seguinte.

O sigilo das comunicações telefônicas só poderá ser afastado por decisão judicial e somente para fins da instrução processual penal.

Certo

Errado

Questão 123: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

Com relação ao estatuto jurídico dos tratados internacionais no direito brasileiro, julgue o próximo item.

Os tratados sobre direitos humanos incorporados ao direito pátrio e em conformidade com a CF revogam as leis ordinárias conflitantes.

Certo

Errado

Questão 124: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

Um partido político ajuizou ação direta de inconstitucionalidade devido à omissão da expressão "sob a proteção de Deus" do preâmbulo da Constituição de determinado estado da Federação. Para tanto, o partido alegou que o preâmbulo da CF é um ato normativo de supremo princípio básico com conteúdo programático e de absorção compulsória pelos estados, que o seu preâmbulo integra o texto constitucional e que suas disposições têm verdadeiro valor jurídico.

A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item.

A invocação a Deus, presente no preâmbulo da CF, reflete um sentimento religioso, o que não enfraquece o fato de o Estado brasileiro ser laico, ou seja, um Estado em que há liberdade de consciência e de crença, onde ninguém é privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica.

Certo

Errado

Questão 125: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2006**Assunto:** Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais.

A gravação de conversa entre duas pessoas, feita por uma delas sem o consentimento da outra, registrando o fato para prevenir uma negação futura, é considerada ilícita, não sendo possível a utilização do registro como meio de defesa.

Certo

Errado

Questão 126: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2006**Assunto:** Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais.

A impenhorabilidade da pequena propriedade rural de exploração familiar limita-se aos débitos relacionados à sua atividade produtiva.

Certo

Errado

Questão 127: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2006**Assunto:** Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais.

O princípio da reserva legal equivale ao princípio da legalidade na medida em que qualquer comando jurídico que obrigue determinada conduta deve provir de uma das espécies previstas no processo legislativo.

Certo

Errado

Questão 128: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2006

Assunto: Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

Julgue o item subsequente, relativo aos direitos e garantias fundamentais.

A casa é asilo inviolável da pessoa, contudo a Constituição autoriza, expressamente, que outras pessoas ingressem neste recinto, sem o consentimento do morador e a qualquer hora, para prestar socorro, em casos de desastre e nos casos de flagrante delito.

Certo

Errado

Questão 129: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

No que se refere às declarações de direitos, aos direitos e garantias individuais e coletivos e, ainda, ao princípio da legalidade, ao princípio da isonomia e ao regime constitucional da propriedade na Constituição da República de 1988, julgue o item subsequente.

A Declaração de Direitos do Bom Povo a Virgínia constitui a primeira declaração de direitos fundamentais em sentido moderno, sendo anterior à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa.

Certo

Errado

Questão 130: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

No que se refere às declarações de direitos, aos direitos e garantias individuais e coletivos e, ainda, ao princípio da legalidade, ao princípio da isonomia e ao regime constitucional da propriedade na Constituição da República de 1988, julgue o item subsequente.

O princípio da isonomia, em seu sentido de igualdade formal, não admite o tratamento diferenciado entre os indivíduos.

Certo

Errado

Organização dos Poderes

Questão 131: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Assunto: Das atribuições do Congresso Nacional (arts. 48 e 49 da CF/1988)

Ainda sobre a organização e o funcionamento de diversas instituições públicas brasileiras, julgue o item seguinte.

O Congresso Nacional, mediante delegação, atribuiu ao Senado Federal a competência para suspender a execução do todo ou de parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

Certo

Errado

Questão 132: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Assunto: Das atribuições do Congresso Nacional (arts. 48 e 49 da CF/1988)

A respeito de finanças públicas na CF, julgue o próximo item.

A competência da União para dispor sobre limites à emissão de moeda é exercida exclusivamente pelo Banco Central do Brasil.

Certo

Errado

Questão 133: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2002

Assunto: Das atribuições do Congresso Nacional (arts. 48 e 49 da CF/1988)

Acerca das atribuições do Poder Legislativo e do processo legislativo, julgue o item subsequente.

Compete ao Congresso Nacional a tomada de contas do presidente da República, quando estas não forem apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Certo

Errado

Questão 134: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2004

Assunto: Da Câmara dos Deputados (art. 50 da CF/1988)

Julgue o item subsequente com referência aos princípios constitucionais da administração pública, ao processo legislativo e aos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado.

É de competência da Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo por crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da República e a instauração de processo por crime de responsabilidade praticado por Ministro de Estado, sendo este último apenas no caso em que o crime praticado pelo Ministro seja conexo ao praticado pelo Presidente da República.

Certo

Errado

Questão 135: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Assunto: Do Senado Federal (art. 52 da CF/1988)

Julgue o item a seguir, que trata da organização de instituições do Estado brasileiro e de seu funcionamento.

Nos termos da CF, compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o procurador-geral da República nos crimes de responsabilidade e nas infrações penais comuns.

Certo

Errado

Questão 136: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2002

Assunto: Do Senado Federal (art. 52 da CF/1988)

Acerca das atribuições do Poder Legislativo e do processo legislativo, julgue o item subsequente.

Cabe ao Senado Federal processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o presidente da República, o vice-presidente da República, os ministros do STF, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União, bem como, em qualquer situação, os ministros de Estado.

Certo

Errado

Questão 137: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Dos Deputados e Senadores (arts. 53 a 56 da CF/1988)

A respeito da organização político-administrativa do Estado, da organização dos poderes, das funções essenciais à justiça e do controle de constitucionalidade, julgue o item seguinte.

Se um senador, no exercício de seu mandato, proferir discurso no Senado Federal, e esse pronunciamento contiver ofensas à honra de um cidadão, o parlamentar não poderá ser preso em flagrante por esse motivo; o fundamento jurídico dessa garantia é o fato de que os crimes contra a honra, no direito penal brasileiro, são afiançáveis, e a prisão de parlamentar federal somente pode ocorrer nos crimes inafiançáveis.

Certo

Errado

Questão 138: CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Assunto: Das Comissões Parlamentares - permanentes e temporárias (art. 58 da CF/1988)

À luz do entendimento do STF e da doutrina sobre as CPI, julgue o item subsequente.

A quebra de sigilo bancário e fiscal são medidas compreendidas na esfera de competência das CPI instauradas pelo Congresso Nacional.

Certo

Errado

Questão 139: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Das Comissões Parlamentares - permanentes e temporárias (art. 58 da CF/1988)

Com referência à repartição constitucional de competências, à administração pública e ao Poder Legislativo, julgue o item subsequente.

Nos últimos anos, o Brasil assistiu, às vezes estupefato, à profusão de comissões parlamentares de inquérito, instaladas em órgãos legislativos para investigar os mais variados e escandalosos fatos; apesar de essas comissões haverem, em muitos casos, prestado importante serviço à sociedade brasileira, é juridicamente correto afirmar que, na verdade, elas não deveriam haver funcionado em detrimento da função verdadeiramente legiferante do Poder Legislativo, porquanto a função investigativa deste é meramente secundária e de importância menor em face da outra.

Certo

Errado

Questão 140: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004**Assunto:** Questões Mescladas de Poder Legislativo (arts. 44 a 58 da CF/1988)

Quanto ao estado democrático de direito e à organização dos poderes, julgue o item subsequente.

O papel reservado à lei, tanto no estado de direito clássico, como no estado democrático de direito, é exatamente o mesmo, uma vez que, em ambos, a lei deve limitar-se a arbitrar soluções para os litígios eventualmente existentes entre o Estado e o indivíduo e entre os indivíduos, regulando as relações sociais.

Certo

Errado

Questão 141: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013**Assunto:** Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

Ainda sobre a organização e o funcionamento de diversas instituições públicas brasileiras, julgue o item seguinte.

Compete ao TCU, entre outras atribuições, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao DF ou a município, aplicando aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou de irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.

Certo

Errado

Questão 142: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2009**Assunto:** Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

Acerca da organização e atuação dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, no Estado brasileiro, julgue o item seguinte.

As decisões exaradas pelo TCU, no exercício da missão de auxiliar o Congresso Nacional na função fiscalizadora, não são imunes à revisão judicial e, quando reconhecem débito ou multa, constituem título executivo extrajudicial, cuja execução compete à Advocacia-Geral da União.

Certo

Errado

Questão 143: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003

Assunto: Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

A sujeição da admissão ao serviço estatal à prévia aprovação em concurso público atende aos princípios da moralidade e da impessoalidade, ao evitar o favorecimento de afilhados ou terceiros, o que ocorre sempre em detrimento daqueles que, embora capazes, não tenham aproximação com o administrador e não possam beneficiar-se de seus favores. Por outro lado, privilegia a mérito, apurado de maneira impessoal e comprovado mediante aprovação em certame no qual se observam as normas de correção, decência e transparência. Além disso, assegura a lealdade à administração, na medida em que o administrador só convocará os mais capazes, que demonstrem aptidão para o serviço público, rejeitados os que não preencham requisitos específicos. Acerca do princípio constitucional do concurso público, julgue o item.

Ao mesmo tempo em que tornou obrigatória a prévia aprovação em concurso público, a Constituição da República, suprimindo lacuna existente nos ordenamentos políticos anteriores, estabeleceu a competência dos tribunais de contas de apreciar, para fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

Certo

Errado

Questão 144: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais

Acerca da disciplina constitucional e legal referente à composição dos cargos públicos, julgue o seguinte item.

Em razão do princípio da simetria, a Constituição estadual deve reproduzir a CF em relação à norma que rege a composição do Tribunal de Contas da União.

Certo

Errado

Questão 145: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

De acordo com previsão constitucional, é possível a delegação, por parte do respectivo titular, de

a) poderes remanescentes dos estados.

b) competência municipal para assuntos de interesse local.

- c) competências privativas do Senado Federal.
- d) iniciativa reservada de projetos de lei do Poder Executivo.
- e) competência do chefe do Poder Executivo para expedição de decretos autônomos.

Questão 146: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

Relativamente ao princípio da reserva legal e ao princípio da legalidade, julgue o item subsequente.

Como decorrência do princípio da legalidade, a organização e o funcionamento da administração federal somente podem ser disciplinados por lei.

Certo

Errado

Questão 147: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2010

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

No que se refere ao processo legislativo, julgue o item subsequente.

Nos projetos orçamentários de iniciativa exclusiva do presidente da República são admitidas, em caráter excepcional, emendas parlamentares que impliquem aumento de despesas.

Certo

Errado

Questão 148: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2009

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

Acerca da organização e atuação dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, no Estado brasileiro, julgue o item seguinte.

Em decorrência da aplicação do princípio da simetria, o chefe do Poder Executivo estadual pode dispor, via decreto, sobre a organização e funcionamento da administração estadual, desde que os preceitos não importem aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Certo

Errado

Questão 149: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Assunto: Da responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

Considerando os fundamentos do Estado federal brasileiro e o princípio da separação dos poderes, julgue o próximo item.

A CF atribui grande relevância ao princípio da separação dos poderes, que constitui cláusula pétrea. Nesse sentido, o texto constitucional considera que os atos do presidente da República atentatórios à separação dos poderes configuram crime de responsabilidade, e que a União possui a prerrogativa de intervir nos estados e no DF a fim de garantir o livre exercício de qualquer dos poderes.

Certo

Errado

Questão 150: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Da responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

Acerca do direito constitucional, julgue o item que se segue.

O presidente da República, relativamente aos crimes praticados no exercício da função, poderá sofrer persecução penal perante o Senado Federal, desde que haja previamente a licença conferida pela Câmara dos Deputados.

Certo

Errado

Questão 151: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Assunto: Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

Julgue o item a seguir, que trata da organização de instituições do Estado brasileiro e de seu funcionamento.

De acordo com a CF, os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e todas as decisões administrativas dos tribunais ocorrerão em sessões públicas.

Certo

Errado

Questão 152: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2004

Assunto: Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

Acerca do estatuto constitucional da magistratura e da organização e competência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o seguinte item.

Nos termos definidos no texto constitucional, é possível a promoção de entrância para entrância, por merecimento, de juiz que não integre a quinta parte da lista de antiguidade da respectiva entrância.

Certo

Errado

Questão 153: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006**Assunto: Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)**

O Tribunal Regional Federal da 5.^a Região, no final do ano de 2004, baixou a resolução de número XX, que traz duas previsões. A primeira previsão equipara a não-inclusão no orçamento da verba necessária à satisfação de precatórios judiciais e o pagamento a menor, sem a devida atualização ou fora do prazo legal, à preterição do direito de precedência dos precatórios judiciais. A segunda previsão define o pagamento de obrigações que não ultrapassem o valor de R\$ 80.000,00 como dívida de pequeno valor. No exercício de suas funções, o procurador federal deparou-se com uma execução em que o referido tribunal tinha autorizado o seqüestro de verba de fundação pública federal.

Considerando a situação hipotética acima, julgue, à luz do direito constitucional, o seguinte item.

A definição do que seja dívida de pequeno valor, para autorizar regime de execução diverso do precatório judicial, é matéria que observa reserva legal estrita.

Certo

Errado

Questão 154: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013**Assunto: Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)**

Ainda sobre a organização e o funcionamento de diversas instituições públicas brasileiras, julgue o item seguinte.

Compete ao STF processar e julgar originariamente o mandado de injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do TCU.

Certo

Errado

Questão 155: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2010**Assunto:** Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

Com relação às competências do STF, do STJ e da justiça federal, julgue o item seguinte.

O STF reconhece sua competência originária para julgar ação judicial tendo como partes entidade da administração indireta federal, de um lado, e estado-membro, de outro, na hipótese de discussão acerca de imunidade recíproca.

Certo

Errado

Questão 156: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2006**Assunto:** Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

Em relação à organização dos poderes, julgue o item que se segue.

Em caráter originário, a competência para dirimir conflitos de competência entre a turma recursal do sistema de juizados especiais e qualquer dos tribunais locais é do STF.

Certo

Errado

Questão 157: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002**Assunto:** Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo foi preso por importar armamento de uso privativo das forças armadas, em situação que caracterizou sua conduta como crime político, tipificado na Lei de Segurança Nacional. Ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal e condenado, em primeiro grau, por juiz federal. Por discordar da sentença, resolveu recorrer.

Nessa situação, a competência para o julgamento era, realmente, da justiça federal, e o recurso contra a sentença deveria ser julgado diretamente pelo STF.

Certo

Errado

Questão 158: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017**Assunto:** Das Súmulas Vinculantes (art. 103-A da CF/1988)

Acerca dos direitos fundamentais, do regime jurídico aplicável aos prefeitos e do modelo federal brasileiro, julgue o item que se segue.

Não se admite o manejo de reclamação constitucional contra ato administrativo contrário a enunciado de súmula vinculante durante a pendência de recurso interposto na esfera administrativa. Todavia, esgotada a via administrativa e judicializada a matéria, a reclamação constitucional não obstará a interposição dos recursos eventualmente cabíveis e a apresentação de outros meios admissíveis de impugnação.

Certo

Errado

Questão 159: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Assunto: Das Súmulas Vinculantes (art. 103-A da CF/1988)

De acordo com as súmulas vinculantes do STF, será constitucional lei estadual que disponha sobre o(a)

- a) utilização de índice federal de correção monetária para reajustar vencimentos de servidores estaduais.
- b) valor de depósito prévio para admissibilidade de recurso em ente público estadual.
- c) vedação do pagamento de auxílio-alimentação aos servidores estaduais inativos.
- d) estabelecimento de bingos e loterias no âmbito estadual.
- e) horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

Questão 160: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

O CNJ, órgão do Poder Judiciário que possui somente atribuições de natureza administrativa,

- a) poderá, apenas por provocação, rever processos disciplinares de membros de tribunais, sem nenhum limite temporal.
- b) não terá competência para zelar pela autonomia do Poder Judiciário.
- c) é composto por membros com mandato de quatro anos, admitindo-se uma reeleição.
- d) é presidido pelo presidente do STF ou, na sua ausência, pelo presidente do STJ.
- e) poderá, de ofício, rever processos disciplinares de juízes julgados há menos de um ano.

Questão 161: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

A função de ministro-corregedor do Conselho Nacional de Justiça deve ser exercida por ministro do STJ.

Certo

Errado

Questão 162: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

Com relação ao direito constitucional, julgue o item seguinte.

Segundo o STF, a forma de composição do Conselho Nacional de Justiça, em que é permitida a participação de pessoas estranhas aos quadros do Poder Judiciário, vulnera o princípio constitucional da separação de poderes.

Certo

Errado

Questão 163: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

Ao se configurar conflito de competência entre acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e decisão de juiz federal, caberá ao STJ julgar o conflito, por envolver órgãos de diferentes ramos do Poder Judiciário.

Certo

Errado

Questão 164: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

Os tribunais regionais federais não podem funcionar de forma descentralizada, ressalvada a justiça itinerante.

Certo

Errado

Questão 165: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

Julgue o próximo item, relativo à competência da justiça federal.

Tendo os embargos de terceiro natureza de ação, a sua propositura, por parte da União, entidade autárquica ou empresa pública federal, determina a competência *ratione personae*, que detém caráter absoluto e inderrogável da justiça federal.

Certo

Errado

Questão 166: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

Julgue o próximo item, relativo à competência da justiça federal.

Compete à justiça federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.

Certo

Errado

Questão 167: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

Acerca da organização dos órgãos componentes da justiça federal, na forma em que é prevista pela CF, julgue o item subsequente.

A CF disciplina diretamente as normas de remoção ou permuta de juízes dos TRFs.

Certo

Errado

Questão 168: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

Acerca da organização dos órgãos componentes da justiça federal, na forma em que é prevista pela CF, julgue o item subseqüente.

Cada estado, bem como o DF, constitui uma seção judiciária que tem por sede a respectiva capital e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

Certo

Errado

Questão 169: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

Acerca da organização dos órgãos componentes da justiça federal, na forma em que é prevista pela CF, julgue o item subseqüente.

Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não for sede de vara do juízo federal. Nessa hipótese, contudo, o recurso cabível será sempre dirigido ao tribunal de justiça do estado ao qual esteja vinculada a comarca.

Certo

Errado

Questão 170: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2007

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

Acerca da organização dos órgãos componentes da justiça federal, na forma em que é prevista pela CF, julgue o item subseqüente.

Os TRFs instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, sendo-lhes ilícito, no entanto, em atenção ao princípio da moralidade, servir-se de equipamentos públicos e comunitários.

Certo

Errado

Questão 171: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

Em relação ao STF, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), à justiça federal e à AGU, julgue o item subsequente.

Todo crime praticado a bordo de uma aeronave comercial civil brasileira, ainda que fora do espaço aéreo brasileiro será da competência da justiça federal.

Certo

Errado

Questão 172: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

Acerca da ordem constitucional vigente, julgue o item.

Compete ao STF processar e julgar originariamente, as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

Certo

Errado

Questão 173: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2002

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

Apesar de o direito à vida ser o mais importante de todos os direitos e de a Constituição da República atribuir à justiça federal a competência para julgar a disputa sobre direitos indígenas, nem todo litígio que envolva ofensa ao direito à vida de indígena será necessariamente de competência da justiça federal.

Certo

Errado

Questão 174: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

O tribunal regional eleitoral deve eleger seu vice-presidente entre os juízes federais.

Certo

Errado

Direito Processual Civil

Processo de Conhecimento

Questão 175: CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Assunto: Da Petição Inicial (arts. 319 a 331)

À luz das disposições do CPC relativas aos atos processuais, julgue o item subsequente.

O princípio da adequação do procedimento admite a cumulação de pedidos iniciais procedimentalmente incompatíveis, desde que seja possível ajustá-los ao procedimento comum.

Certo

Errado

Questão 176: CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Assunto: Da Petição Inicial (arts. 319 a 331)

Um procurador municipal ajuizou ação regressiva de indenização contra servidor em razão de acidente de trânsito. Na ação, protestou pela juntada posterior da sentença definitiva que condenou o município a indenizar terceiro, com base em responsabilização objetiva do Estado, e que registrou a culpa do servidor. Ao analisar a peça, o juiz percebeu que havia sido utilizado modelo de petição antigo, de 2014, e despachou, *litteris*: “Emende-se a inicial, para adequação ao novo CPC”.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Na emenda, o procurador deverá, necessariamente, informar sua opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

b) É admissível a juntada posterior da sentença mencionada, sob pena de cerceamento de defesa, já que não se trata de documento indispensável à propositura da ação.

c) O despacho do juiz está de acordo com as regras do novo CPC acerca do despacho que determina a emenda à inicial.

d) Na emenda, deverão ser necessariamente acrescentados o CPF, o endereço eletrônico e o estado civil do réu, sob pena de indeferimento da inicial.

Questão 177: CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2009

Assunto: Da Petição Inicial (arts. 319 a 331)

Quanto ao indeferimento da inicial e à cumulação de pedidos, julgue os itens a seguir.

- I Em caso de cumulação de pedidos, pode haver o indeferimento parcial da inicial.
- II O indeferimento da inicial deve ter como fundamento a inépcia.
- III Na cumulação simples de pedido, as pretensões não têm entre si relação de precedência lógica.
- IV Não haverá error in procedendo se o juiz examinar o pedido sucessivo sem ter examinado o principal.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 178: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004**Assunto: Da Petição Inicial (arts. 319 a 331)**

Acerca dos princípios que regem o processo civil, especialmente em relação à formação do processo, às partes, à intervenção de terceiros, ao pedido e à causa de pedir, julgue o item a seguir.

Se o juiz, na dúvida quanto ao fato de a parte autora possuir *legitimatiao ad causam*, deferir a inicial e determinar a citação do réu, estará impedido de, posteriormente, extinguir o feito sem julgamento de mérito por ilegitimidade ativa, tendo em vista a ocorrência da preclusão *pro iudicato*, sendo-lhe vedado decidir novamente as questões já decididas no processo.

Certo

Errado

Questão 179: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2003**Assunto: Da Petição Inicial (arts. 319 a 331)**

Julgue o item, referente ao pedido do autor.

O Código de Processo Civil brasileiro admite que o autor formule pedido genérico quando, à época da propositura da ação, não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito.

Certo

Errado

Questão 180: CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Assunto: Da Improcedência Liminar do Pedido (art. 332)

À luz das disposições do CPC relativas aos atos processuais, julgue o item subsequente.

É vedado ao juiz julgar pedido realizado em petição inicial sem antes citar o réu, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Certo

Errado

Questão 181: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

Assunto: Da Improcedência Liminar do Pedido (art. 332)

Um indivíduo ajuizou demanda com pedido de natureza patrimonial que versa sobre questão jurídica referente à aplicação da legislação estadual. Ao receber a petição inicial, o juiz percebeu que o único pedido apresentado contraria enunciado de súmula do tribunal de justiça local sobre interpretação da legislação estadual.

Nessa situação hipotética, presentes os requisitos de admissibilidade da demanda, e se a causa dispensar fase instrutória, o magistrado

- a) deverá citar o réu para audiência de conciliação, que, nesse caso, deve ser obrigatoriamente realizada.
- b) somente poderá decidir liminarmente o mérito caso já tenha proferido sentença de total improcedência em outros casos idênticos, devendo o juiz reproduzir o teor de decisão prolatada anteriormente.
- c) poderá dispensar a citação do réu e julgar liminarmente improcedente o pedido, desde que demonstre que a súmula reflete entendimento decorrente de julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- d) deverá, obrigatoriamente, antes de tomar decisão, dar ao réu a oportunidade de se manifestar, porque é necessário observar o contraditório ainda que o juiz trate de matéria que possa conhecer de ofício.
- e) deverá julgar liminarmente improcedente o pedido, e o autor poderá apelar, sendo admissível a retratação do magistrado após a interposição do referido recurso.

Questão 182: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Improcedência Liminar do Pedido (art. 332)

Em relação a análise de petição inicial e julgamento antecipado parcial de mérito, julgue o seguinte item.

Se, ao analisar a petição inicial, o juiz constatar que o pedido funda-se em questão exclusivamente de direito e contraria entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, ele deverá, sem ouvir o réu, julgar liminarmente improcedente o pedido do autor.

Certo

Errado

Questão 183: CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

Assunto: Da Audiência de Conciliação ou de Mediação (art. 334)

À luz das disposições do CPC relativas aos atos processuais, julgue o item subsequente.

O réu que não comparecer injustificadamente a audiência de conciliação ou mediação designada pelo juiz será considerado revel.

Certo

Errado

Questão 184: CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

Assunto: Da Contestação (arts. 335 a 342)

Em determinada demanda, não chegou a ser designada a audiência preliminar de conciliação ou mediação. O réu, citado pelo correio e patrocinado pela defensoria pública, apresentou sua defesa em 14/3/2017, no décimo sexto dia a partir da juntada aos autos do aviso de recebimento cumprido. Em sua defesa, ele sustentou prescrição e incompetência relativa do juízo e, ao final, requereu a improcedência do pedido.

Nessa situação hipotética,

a) o juiz poderia conhecer de ofício tanto a prescrição quanto a incompetência relativa, ainda que não tivessem sido alegadas.

b) a contestação poderia ter sido protocolada em foro diverso daquele em que foi ajuizada a demanda.

c) a exceção de incompetência relativa deveria ter sido arguida em petição apartada da contestação.

d) a contestação foi intempestiva.

Questão 185: CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

Assunto: Da Reconvencção (art. 343)

O réu apresentou pedido reconvençional, mas não indicou o correspondente valor da causa.

Nessa situação hipotética, o juiz deverá determinar

- a) a abertura de prazo para a réplica, pois o valor da causa não é necessário na reconvenção.
- b) o desentranhamento da reconvenção e o seguimento do processo, considerando apenas a contestação.
- c) a abertura de prazo para a réplica, pois não cabe ao juiz, de ofício, corrigir valor da causa ou sua ausência.
- d) a emenda da contestação, sob pena de não conhecimento do pedido reconvençional em particular, sem prejuízo da defesa apresentada contra o pedido do autor na mesma peça.
- e) a emenda da contestação, sob pena de revelia, ônus aplicável se, após oportunizada a correção pelo juiz, o réu persistir na omissão.

Questão 186: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017**Assunto: Da Reconvencção (art. 343)**

Julgue o item que se segue, referente ao procedimento comum no processo civil.

No polo ativo ou passivo da reconvenção poderão ser incluídos terceiros legitimados em litisconsórcio ativo ou passivo.

Certo

Errado

Questão 187: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004**Assunto: Da Revelia (arts. 344 a 346)**

Acerca dos princípios que regem o processo civil, especialmente em relação à formação do processo, às partes, à intervenção de terceiros, ao pedido e à causa de pedir, julgue o item a seguir.

Ocorrendo a revelia em ação que trate de direito patrimonial disponível, não pode o juiz deixar de condenar o réu por entender ausentes quaisquer das condições da ação ou dos pressupostos processuais, tendo em vista o princípio do dispositivo.

Certo

Errado

Questão 188: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017**Assunto:** Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Julgue o item que se segue, referente ao procedimento comum no processo civil.

A decisão de saneamento e de organização do processo estabiliza-se caso não seja objeto de impugnação pelas partes no prazo de cinco dias, vinculando a atividade jurisdicional a partir desse momento processual.

Certo

Errado

Questão 189: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017**Assunto:** Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Julgue o item que se segue, referente ao procedimento comum no processo civil.

Em julgamento antecipado parcial de mérito, o magistrado pode reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida, e, em qualquer dessas hipóteses, a interposição de recurso contra a decisão do juiz não obsta a liquidação ou execução da decisão interlocutória de mérito, independentemente do oferecimento de caução pelo autor.

Certo

Errado

Questão 190: CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017**Assunto:** Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Acerca do julgamento conforme o estado do processo, assinale a opção correta.

- a) O julgamento parcial de mérito só poderá ocorrer se a obrigação a ser reconhecida for líquida.
- b) O julgamento antecipado do mérito feito após providências preliminares de saneamento baseia-se em cognição sumária.
- c) A decisão parcial de mérito que se torna definitiva produz coisa julgada e pode ser objeto de ação rescisória.
- d) Caberá apelação contra a decisão que julgar antecipadamente parte do mérito.

Questão 191: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017**Assunto:** Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Ao tratar das hipóteses de julgamento conforme o estado do processo, o CPC determina que o julgamento antecipado do mérito

- a) somente deve ser utilizado se o juiz estiver apto a prolatar decisão líquida; caso contrário, este deve prolongar a fase de conhecimento.
- b) pode ser realizado de modo parcial, por meio de decisão interlocutória impugnável por agravo de instrumento.
- c) depende, para que seja legitimamente procedido, da existência de precedente firmado no julgamento de casos repetitivos.
- d) deve ser utilizado sempre que o réu for revel, porque, nesses casos, a instrução probatória é desnecessária.
- e) deve ser feito com a utilização da técnica processual denominada tutela provisória, nas modalidades de urgência ou de evidência.

Questão 192: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Em relação a análise de petição inicial e julgamento antecipado parcial de mérito, julgue o seguinte item.

Cabe recurso de apelação contra julgamento antecipado parcial de mérito proferido sobre matéria incontroversa.

Certo

Errado

Questão 193: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2002

Assunto: Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Texto

Funcionários públicos aposentados, vinculados a autarquia federal (ente que compõe a administração indireta, possuindo personalidade jurídica própria, capacidade processual e autonomia administrativa, econômica e financeira) com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro – RJ, por época dos atos de aposentação, tiveram incorporada aos proventos a gratificação de produtividade, segundo a legislação em vigor. Ocorre que, em 1.º/3/1999, seis anos após os atos de aposentação, foi editada medida provisória, posteriormente convertida em lei, suprimindo a aludida gratificação, fato que conduziu o administrador a retirar imediatamente a gratificação de produtividade dos proventos desses servidores.

No dia 1.º/5/1999, a Associação Nacional dos Funcionários Autárquicos Inativos (ANFAI), entidade civil com sede em Brasília – DF, em nome próprio, ingressou com ação de reposição de proventos em face da referida autarquia, perante o juízo federal de Brasília –

DF, em favor de seus associados (cujas autorizações foram juntadas à petição inicial), postulando a concessão de tutela antecipada no sentido de suspender o ato administrativo de supressão da mencionada gratificação, com a imediata reposição dos valores correspondentes aos meses de março e abril e, no mérito, que fosse reconhecido o direito dos servidores aposentados à permanência da percepção da gratificação de produtividade.

O fundamento nuclear do pedido foi no sentido de que a lei supressora da gratificação somente poderia ter aplicação futura, e nunca em caráter retroativo, e que o título de aposentadoria constituiu ato jurídico perfeito, pois integrou-se ao patrimônio jurídico de seus titulares.

Antes da decisão acerca da tutela antecipada, o juízo federal possibilitou a manifestação da entidade autárquica, que, no prazo assinado, argüiu os seguintes óbices à concessão da tutela:

a) ilegitimidade ativa da ANFAI, porquanto malgrado pudesse postular em benefício de seus associados, não comprovou ter realizado a indispensável assembléia geral com o fito de autorizá-la a postular em juízo acerca desse específico direito;

b) ilegitimidade passiva *ad causam*, já que os funcionários interessados eram federais, a demanda deveria ser proposta contra a União, sobre quem recairá a eventual responsabilidade patrimonial da demanda, pois de seus cofres provém o dinheiro necessário ao pagamento do pessoal;

c) impossibilidade de concessão de tutela antecipada contra a fazenda pública, pois a lei veda essa medida no caso específico de concessão de aumento ou de gratificação;

d) o ato impugnado decorreria de expresse cumprimento à lei específica, que suprimiu a aludida gratificação, de sorte que os aposentados não poderiam continuar percebendo gratificação extinta por lei.

Ainda a respeito da situação hipotética apresentada no texto, julgue o item que se segue.

Na hipótese examinada, a supressão da gratificação, operada por lei, torna o pedido formulado juridicamente impossível, obrigando à sumária extinção do processo sem julgamento de mérito.

Certo

Errado

Questão 194: CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2009

Assunto: Das Provas (arts. 369 a 484)

Durante depoimento prestado no curso de ação movida por José para obter condenação de João a reparar determinados danos, uma testemunha acabou declarando que havia sido firmado um contrato posterior entre as partes. Mais tarde, José ajuizou outra ação contra

João, exigindo o cumprimento de cláusula daquele contrato cuja existência foi informada no depoimento.

A respeito da situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- a) Independentemente do valor do contrato, deve ser bastante à prova de sua existência o depoimento prestado no outro processo, já que as partes são as mesmas.
- b) Ainda que seja possível a José utilizar a prova emprestada, extraído dos autos originais cópia do termo, essa prova não perde o caráter de prova oral.
- c) Caso o contrato ultrapasse o valor de dez salários mínimos à época de sua celebração, apenas a prova documental é suficiente à prova de sua existência, sem que se admita prova testemunhal.
- d) A extração do termo de depoimento do processo anterior e sua juntada ao novo feito, além de ser admissível como prova emprestada, constitui prova documental bastante ao intento do autor.
- e) Todo contrato cujo valor ultrapasse o limite de dez salários mínimos à época de sua celebração somente deve ser provado pela apresentação de seu instrumento, servindo a prova oral apenas de complemento.

Questão 195: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2006

Assunto: Das Provas (arts. 369 a 484)

No que se refere à prova no direito processual civil brasileiro, julgue o item a seguir.

O processo civil brasileiro adota o chamado sistema do perito único, não podendo o juiz designar mais de um perito para cada tipo de exame.

Certo

Errado

Questão 196: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2015

Assunto: Da Sentença e Da Coisa Julgada (arts. 485 a 508)

No que concerne a recursos, homologação de sentença estrangeira e reexame necessário no processo civil, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Um indivíduo ajuizou ação indenizatória contra empresa pública federal e, antes da instrução processual, a União ingressou no processo como assistente simples da empresa ré. **Assertiva:** Nessa situação, caso seja prolatada sentença condenatória em valor superior a sessenta salários mínimos, deverá haver o reexame necessário da decisão pelo tribunal.

Certo

Errado

Questão 197: CESPE - Adv (AGU)/AGU/2006**Assunto:** Da Sentença e Da Coisa Julgada (arts. 485 a 508)

A respeito da sentença cível e da coisa julgada, julgue o item a seguir.

É nula a sentença que reaprecia matéria relativa a condições da ação já decidida no despacho saneador, de que não houve recurso, precluindo, no caso, a matéria também para o juiz.

Certo

Errado

Questão 198: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004**Assunto:** Da Sentença e Da Coisa Julgada (arts. 485 a 508)

Julgue o item a seguir, relativo à sanção pecuniária prevista para as ações que tenham por objeto obrigação de fazer ou não fazer.

O trânsito em julgado da sentença de procedência e tenha fixado a multa cominatória em determinado valor não impede sua posterior modificação em virtude de alteração na situação fática sobre a qual se embasou a decisão.

Certo

Errado

Questão 199: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2004**Assunto:** Da Sentença e Da Coisa Julgada (arts. 485 a 508)

Acerca dos princípios que regem o processo civil, especialmente em relação à formação do processo, às partes, à intervenção de terceiros, ao pedido e à causa de pedir, julgue o item a seguir.

Proposta ação pelo autor pleiteando danos materiais resultantes de acidente causado pelo réu, fica o juiz impedido de conceder também indenização por danos morais, que não foi requerida pelo autor, incidindo, na hipótese, o princípio da adstringência do julgado ao pedido.

Certo

Errado

Ética e Conduta Profissional

Questão 200: CESPE - Proc (AGU)/AGU/2013

Assunto: Decreto nº 1.171/1994 (Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal)

No que diz respeito à estrutura da AGU e ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item seguinte.

Em cada órgão e entidade da administração pública federal direta e indireta deve ser criada uma comissão de ética, à qual competirá conhecer concretamente de imputação ou de procedimento suscetível de advertência ou suspensão de até trinta dias, penas que serão aplicáveis ao servidor público pela própria comissão.

Certo

Errado

Português

Pronomes

Questão 201: CESPE - Ana Port I (EMAP)/EMAP/Administrativa/2018

Assunto: Pronomes

Texto

O Juca era da categoria das chamadas pessoas sensíveis, dessas a que tudo **lhes** toca e tange. Se a gente lhe perguntasse: “Como vais, Juca?”, ao que qualquer pessoa normal responderia “Bem, obrigado!” — com o Juca a coisa não era assim tão simples. Primeiro fazia uma cara de indecisão, depois um sorriso triste contrabalançado por um olhar heroicamente exultante, até que esse exame de consciência era cortado pela voz do interlocutor, que começava a falar chãmente em outras coisas, que, aliás, o Juca não estava ouvindo... Porque as pessoas sensíveis são as criaturas mais egoístas, mais coriáceas, mais impenetráveis do reino animal. Pois, meus amigos, da última vez que vi o Juca, o impasse continuava... E que impasse!

Estavam-lhe ministrando a extrema-unção. E, quando o sacerdote lhe fez a tremenda pergunta, chamando-o pelo nome: “Juca, queres arrepende-te dos teus pecados?”, vi que, na sua face devastada pela erosão da morte, a Dúvida começava a redesenhar, reanimando-a, aqueles seus trejeitos e caretas, numa espécie de ridícula ressurreição. E a resposta não foi “sim” nem “não”; seria acaso um “talvez”, se o padre não fosse tão compreensivo. Ou apressado. Despachou-o num átimo e absolvido. Que fosse amolar os anjos lá no Céu!

E eu imagino o Juca a indagar, até hoje:

— Mas o senhor acha mesmo, sargento Gabriel, que ele poderia ter-me absolvido?

*Mário Quintana **Prosa & Verso** Porto Alegre: Globo, 1978, p 65 (com adaptações)*

Com relação às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto, julgue o item a seguir.

Caso seja suprimido o pronome “lhes”, a correção gramatical do texto será mantida, embora o trecho se torne menos enfático.

Certo

Errado

Questão 202: CESPE - AJ TJDF/TJDF/Apoio Especializado/Análise de Sistemas/2015

Assunto: Pronomes

O Programa de Responsabilidade Socioambiental Viver Direito do TJDF foi instituído por meio da Portaria GPR n.º 1.313/2012. As bases do Programa Viver Direito, seus objetivos e sua meta permanente são apresentados, respectivamente, nos artigos 1.º, 2.º e 3.º da referida portaria, os quais são transcritos abaixo:

Art. 1.º Reeditar o Programa de Responsabilidade Socioambiental do TJDF Viver Direito, cuja base é a Agenda Socioambiental do TJDF que, em permanente revisão, estabelece novas ações sociais e ambientais e as integra às existentes no âmbito do Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios, visando à preservação e à recuperação do meio ambiente, por meio de ações sociais sustentáveis, a fim de torná-lo e mantê-lo ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Art. 2.º O Programa de Responsabilidade Socioambiental Viver Direito objetiva indicar e programar ações bem como sensibilizar os públicos interno e externo quanto ao exercício dos direitos sociais, à gestão adequada dos resíduos gerados pelo órgão, ao combate a todas as formas de desperdício dos recursos naturais e à inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, nas construções, nas compras e nas contratações de serviços da instituição.

Art. 3.º Define-se como meta permanente do Viver Direito a gestão ambientalmente saudável, caracterizada pela adoção de práticas ecologicamente eficientes, que visem poupar matéria-prima, água e energia, bem como enfatizem a reciclagem de resíduos e a promoção da cidadania e da paz social, com base no desenvolvimento do ser humano e na preservação da vida.

Internet: <www.tjdf.jus.br> (com adaptações).

A respeito das estruturas linguísticas do texto precedente, julgue o item subsequente.

Na linha 4, o antecedente do pronome relativo “cuja” é “base”, o que justifica o emprego do feminino singular nesse pronome.

Certo

Errado

Pontuação

Questão 203: CESPE - Aud Est (TCM-BA)/TCM-BA/Controle Externo/2018

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

Ainda existem pessoas para as quais a greve é um “escândalo”: isto é, não só um erro, uma desordem ou um delito, mas também um crime moral, uma ação intolerável que perturba a própria natureza. “Inadmissível”, “escandalosa”, “**revoltante**”, dizem alguns leitores do Figaro, comentando uma greve recente. Para dizer a verdade, trata-se de uma linguagem do tempo da Restauração, que exprime a sua mentalidade profunda. É a época em que a burguesia, que assumira o poder havia pouco tempo, executa uma espécie de junção entre a moral e a natureza, oferecendo a uma a garantia da outra. Temendo-se a naturalização da moral, moraliza-se a natureza; finge-se confundir a ordem política e a ordem natural, e decreta-se imoral tudo o que conteste as leis estruturais da sociedade que se quer defender. Para os prefeitos de **Carlos X**, assim como para os leitores do Figaro de hoje, a greve constitui, em primeiro lugar, um desafio às prescrições da razão moralizada: “fazer greve é zombar de todos nós”, isto é, mais do que infringir uma legalidade cívica, é infringir uma legalidade “natural”, atentar contra o bom senso, misto de moral e lógica, fundamento filosófico da sociedade burguesa.

Nesse caso, o escândalo provém de uma ausência de lógica: a greve é escandalosa porque incomoda precisamente aqueles a quem ela não diz respeito. É a razão que sofre e se revolta: a causalidade direta, mecânica, essa causalidade é perturbada; o efeito se dispersa incompreensivelmente longe da causa, escapa-lhe, o que é intolerável e chocante. Ao contrário do que se poderia pensar sobre os sonhos da burguesia, essa classe tem uma concepção tirânica, infinitamente suscetível, da causalidade: o fundamento da moral que professa não é de modo algum mágico, mas, **sim**, racional. Simplesmente, trata-se de uma racionalidade linear, estreita, **fundada**, por assim dizer, numa correspondência numérica entre as causas e os efeitos. O que falta a essa racionalidade é, evidentemente, a ideia das funções complexas, a imaginação de um desdobramento longínquo dos determinismos, de uma solidariedade entre os **acontecimentos**, que a tradição materialista sistematizou sob o nome de totalidade.

Roland Barthes. O usuário da greve. In: R. Barthes. Mitologias. Tradução de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007, p. 135-6 (com adaptações).

Sem prejuízo para a correção gramatical e para as informações veiculadas no texto, poderia ser suprimida a vírgula empregada imediatamente após

- a) ‘revoltante’.
- b) “Carlos X”.
- c) “sim”.
- d) “fundada”.
- e) “acontecimentos”.

Questão 204: CESPE - Ana Port I (EMAP)/EMAP/Administrativa/2018**Assunto:** Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)**Serviço de tráfego de embarcações
(*vessel traffic service – VTS*)**

O VTS é um sistema eletrônico de auxílio à navegação, com capacidade de monitorar ativamente o tráfego aquaviário, melhorando a segurança e eficiência desse tráfego, nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções.

Internacionalmente, os sistemas de VTS são regulamentados pela International Maritime Organization, sendo seus aspectos técnicos detalhados em recomendações da International Association of Maritime Aids to Navigation and Lighthouse Authorities. No Brasil, cabe à Marinha do Brasil, autoridade marítima do país, definir as normas de execução de VTS e autorizar a sua implantação e operação.

Uma estrutura de VTS é composta minimamente de um radar com capacidade de acompanhar o tráfego nas imediações do porto, um sistema de identificação de embarcações denominado automatic identification system, um sistema de comunicação em VHF, um circuito fechado de TV, sensores ambientais (meteorológicos e hidrológicos) e um sistema de gerenciamento e apresentação de dados. Todos esses sensores operam integrados em um centro de controle, ao qual cabe, na sua área de responsabilidade, identificar e monitorar o tráfego **marítimo**, adotar ações de combate à **poluição**, planejar a movimentação de embarcações e divulgar informações ao navegante. Adicionalmente, o Centro VTS pode fornecer informações que contribuam para o aumento da eficiência das operações portuárias, como a atualização de horários de chegada e partida de embarcações.

Internet: <www.defensea.com.br> (com adaptações)

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item que se segue.

A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados se as vírgulas empregadas logo após “marítimo” e “poluição” e a conjunção “e” fossem substituídas por ponto e vírgula.

Certo

Errado

Questão 205: CESPE - Del Pol (PC SE)/PC SE/2018**Assunto:** Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

A existência da polícia se justifica pela imprescindibilidade dessa agência de segurança para a viabilidade do poder de coerção estatal. Em outras palavras, como atestam clássicos

do pensamento político, a sua ausência culminaria na impossibilidade de manutenção de relações pacificadas. Devido a seu protagonismo e sua importância na organização e garantia da reprodução das normas **legais**, o Estado democrático não pode abdicar dessa instituição.

Para que a atuação policial ocorra dentro dos parâmetros democráticos, é essencial que haja a implementação de um modelo de policiamento que corresponda aos preceitos constitucionais, promovendo-se o equilíbrio entre os pressupostos de liberdade e segurança.

No que tange às organizações policiais, falar em participação na segurança pública envolve, necessariamente, a discussão sobre o desenvolvimento do policiamento comunitário, o único modelo de policiamento que define a participação social como um de seus componentes centrais. Para analisar essa participação, é preciso verificar se a ação promovida pelo modelo de policiamento comunitário é efetiva como ferramenta de controle social legítimo da atividade policial e se ela produz uma participação equânime.

Almir de Oliveira Junior (Org.) Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 13 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir.

A eliminação da vírgula logo após “legais” prejudicaria a correção gramatical do texto.

Certo

Errado

Questão 206: CESPE - AGE (SEDF)/SEDF/Administração/2017

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

Texto CB1A1BBB

Pedir ao educador que situe o centro de gravidade na própria criança é pedir-lhe nada menos que fazer uma revolução, se é verdade que até agora o centro de gravidade foi situado fora dela. É essa revolução — **exigência fundamental do movimento da educação nova** — que Claparède compara à que Copérnico realizou na astronomia, e que ele define, com tanta felicidade, nas seguintes linhas: “são os métodos e os programas que gravitam em torno da criança e não mais a criança que gira em torno de um programa decidido fora dela. Essa é a revolução copernicana à qual a psicologia convida o educador”.

M. A. Bloch. Filosofia da educação nova. Paris: PUF, 1973, p. 33 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1BBB e aos seus aspectos linguísticos, julgue o item a seguir.

Os travessões foram empregados no texto para isolar uma expressão de natureza explicativa.

Certo

Errado

Questão 207: CESPE - Del Pol (PJC MT)/PJC MT/2017

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

A questão baseia no texto apresentado abaixo

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O **homem** é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. **Igual** em sua humanidade, o homem desiguala-se, singulariza-se em sua individualidade.

O direito é o instrumento da **fraternização** racional e rigorosa. O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais **digna** para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármem Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

A correção e o sentido do texto seriam preservados caso se inserisse uma vírgula logo após

- a) “Mais”.
- b) “digna”.
- c) “homem”.
- d) “Igual”.
- e) “fraternização”.

Questão 208: CESPE - AFCE (TCE-SC)/TCE-SC/Controle Externo/Administração/2016

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

Texto CB2A2BBB

O fenômeno da corrupção, em virtude de sua complexidade e de seu potencial danoso à sociedade, exige, além de uma atuação repressiva, também uma ação preventiva do

Estado. Portanto, é preciso estimular a integridade no serviço público, para que seus agentes sempre atuem, de fato, em prol do interesse público.

Entende-se que a integridade pública representa o estado ou condição de um órgão ou entidade pública que está “completa, inteira, perfeita, sã”, no sentido de uma atuação que seja imaculada ou sem desvios, conforme as normas e valores públicos.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é mais do que a ausência de corrupção, pois envolve aspectos positivos que, em última análise, influenciam os resultados da administração, e não apenas seus processos. Além disso, a OCDE compreende um sistema de integridade como um conjunto de arranjos institucionais, de gerenciamento, de controle e de regulamentações que visem à promoção da integridade e da transparência e à redução do risco de atitudes que violem os princípios éticos.

Nesse sentido, a gestão de integridade refere-se às atividades empreendidas para estimular e reforçar a integridade **e também** para prevenir a corrupção e outros desvios dentro de determinada organização.

Internet: <www.cgu.gov.br> (com adaptações).

Ainda com relação a aspectos linguísticos do texto **CB2A2BBB**, julgue o item subsequente.

O trecho “e também” poderia ser corretamente isolado por vírgulas, recurso que lhe conferiria ênfase.

Certo

Errado

Questão 209: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Educacional/2016

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

Texto CB1A1AAA

O tenente Antônio de Souza era um desses moços que se gabam de não crer em nada, que zombam das coisas mais sérias e que riem dos santos e dos milagres. Costumava dizer que isso de almas do outro mundo era uma grande mentira, que só os tolos temem a lobisomem e feiticeiras. Jurava ser capaz de dormir uma noite inteira dentro do cemitério.

Eu não lhe podia ouvir tais leviandades em coisas medonhas e graves sem que o meu coração se apertasse, e um calafrio me corresse a espinha. Quando a gente se habitua a venerar os decretos da Providência, sob qualquer forma que se manifestem, quando a gente chega à idade avançada em que a lição da experiência demonstra a verdade do que os avós viram e contaram, custa ouvir com paciência os sarcasmos com que os moços tentam ridicularizar as mais respeitáveis tradições, levados por uma vaidade tola, pelo desejo de parecerem espíritos fortes, como dizia o Dr. Rebelo. Peço sempre a Deus que me livre de semelhante tentação. Acredito no que vejo e no que me contam pessoas

fidedignas, por mais extraordinário que pareça. Sei que o poder do Criador é infinito e **a arte do inimigo, vária**.

Mas o tenente Souza pensava de modo contrário!

Apontava à lua com o dedo, deixava-se ficar deitado quando passava um enterro, não se benzia ouvindo o canto da mortalha, dormia sem camisa, ria-se do trovão! Alardeava o ardente desejo de encontrar um curupira, um lobisomem ou uma feiticeira. Ficava impassível vendo cair uma estrela, e achava graça ao canto agoureiro do acauã, que tantas desgraças ocasiona. Enfim, ao encontrar um agouro, sorria e passava tranquilamente sem tirar da boca o seu cachimbo de verdadeira espuma do mar.

Inglês de Sousa. A feiticeira. São Paulo: Ed. Difusão Cultural do Livro, 2008, p. 7-8 (com adaptações).

Julgue o item que se segue, referente aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA.

A supressão da vírgula empregada no trecho “a arte do inimigo, vária” prejudicaria o sentido original do texto.

Certo

Errado

Questão 210: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Procuradoria/2016

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

Texto CB5A1AAA

Tratando-se do dever de prestar contas anuais, cabe, inicialmente, verificar como tal obrigação está preceituada no ordenamento jurídico. A Constituição Federal prevê que cabe ao presidente prestar contas anualmente ao Poder Legislativo. Por simetria, tal obrigação estende-se ao governador do estado e aos prefeitos municipais.

O dever anual de prestar contas é da pessoa física. **Assim sendo**, no nível municipal, esse dever é do prefeito, que, nesse caso, age em nome próprio, e não em nome do município. Tal obrigação se dá em virtude de força da lei. O povo, que outorgou mandato ao prefeito para gerir seus recursos, exige do prefeito — por meio de norma editada pelos seus representantes — a prestação de contas. Sendo tal prestação obrigação personalíssima, não se pode admitir que seja executada por meio de pessoa interposta. Isso quer dizer que o tribunal de contas deve recusar, por exemplo, a prestação de contas apresentada por uma prefeitura referente à obrigação de um ex-prefeito. Quer dizer também que o ex-prefeito continua sujeito a todas as sanções previstas para aqueles que não prestam contas.

Por essa razão, é necessário que haja a separação das contas — que devem, inclusive, ser processadas em autos distintos — quando ocorrer de o cargo de prefeito ser ocupado por mais de uma pessoa durante o exercício financeiro. Nesse caso, cada um será responsável pelo período em que ocupou o cargo.

Ailana Sá Sereno Furtado. *O dever de prestar contas dos prefeitos*. Internet: < <https://jus.com.br> > (com adaptações).

Julgue o item que se segue, a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB5A1AAA.

A supressão da vírgula empregada logo após a expressão “Assim sendo” prejudicaria a correção do texto.

Certo

Errado

Questão 211: CESPE - Aud Gov (CGE PI)/CGE PI/Geral/2015

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

Texto II

Uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia **delas** que mereçam sair cá fora.

Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, ideias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título. Possivelmente não terão a mesma suposta fortuna daquela dúzia de outras, nem todas valerão a pena de sair cá fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.

Machado de Assis. Advertência. In: Relíquias da casa velha. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

Julgue o item que se segue, relativo às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto II.

A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso se inserisse uma vírgula logo após o termo “delas”.

Certo

Errado

Questão 212: CESPE - Aud Gov (CGE PI)/CGE PI/Geral/2015

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

Texto II

Uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor

para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá fora.

Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, ideias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título. Possivelmente não terão a mesma suposta fortuna daquela dúzia de outras, nem todas valerão a pena de sair cá fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.

Machado de Assis. Advertência. In: Relíquias da casa velha. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

Julgue o item que se segue, relativo às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto II.

O emprego de dois-pontos em substituição à vírgula logo após a expressão “suas relíquias” não geraria erro gramatical.

Certo

Errado

Questão 213: CESPE - Aud (TCE-RN)/TCE-RN/2015

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

O poder político é dividido entre órgãos independentes e autônomos, aos quais são atribuídas funções típicas. Ao Poder Legislativo é conferida a função de elaborar a lei; ao Poder Executivo, a função de administrar a aplicação da lei; e, ao Poder Judiciário, a função de dirimir os conflitos legais surgidos entre pessoas ou entre estas e o Estado. Esquece-se, no entanto, que o Poder Legislativo possui outras funções típicas, das quais o poder financeiro e o controle político são exemplos.

A função de poder financeiro nasceu em 1215 com a inserção do princípio do *no taxation without representation* (em tradução livre, tributação só com representação) na Carta Magna da Inglaterra. Esse princípio vinculava a cobrança de tributos à existência de uma lei elaborada por representantes do povo. Foi a partir daí que apareceu a função legislativa — esta mais conhecida que aquela. Mais tarde, a função de poder financeiro ganhou outra conotação: a de controlar o uso e a destinação do dinheiro público pelo detentor do Poder Executivo. Assim, passou a existir a função de controle financeiro dos atos praticados pelo governo, isto é, passou o Poder Legislativo a controlar os gastos do Poder Executivo mediante a fiscalização da matéria orçamentária. É o caso, por exemplo, da elaboração, pelo Poder Legislativo, da lei orçamentária que aprova o orçamento a ser utilizado pelo chefe do Poder Executivo para implantar as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento do país.

Tatiana Penharrubia Fagundes. O controle das contas municipais. Internet: <www.teses.usp.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto **O controle das contas municipais**, julgue o item que se segue.

As vírgulas empregadas logo após os nomes “Executivo” (l.2) e “Judiciário” (l.2) indicam a elisão da forma verbal composta que as precede no texto.

Certo

Errado

Questão 214: CESPE - AJ TJDF/TJDF/Apoio Especializado/Análise de Sistemas/2015

Assunto: Pontuação (ponto, vírgula, travessão, aspas, parênteses etc)

O Programa de Responsabilidade Socioambiental Viver Direito do TJDF foi instituído por meio da Portaria GPR n.º 1.313/2012. As bases do Programa Viver Direito, seus objetivos e sua meta permanente são apresentados, respectivamente, nos artigos 1.º, 2.º e 3.º da referida portaria, os quais são transcritos abaixo:

Art. 1.º Reeditar o Programa de Responsabilidade Socioambiental do TJDF Viver Direito, cuja base é a Agenda Socioambiental do TJDF que, em permanente revisão, estabelece novas ações sociais e ambientais e as integra às existentes no âmbito do Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios, visando à preservação e à recuperação do meio ambiente, por meio de ações sociais **sustentáveis**, a fim de torná-lo e mantê-lo ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Art. 2.º O Programa de Responsabilidade Socioambiental Viver Direito objetiva indicar e programar ações bem como sensibilizar os públicos interno e externo quanto ao exercício dos direitos sociais, à gestão adequada dos resíduos gerados pelo órgão, ao combate a todas as formas de desperdício dos recursos naturais e à inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, nas construções, nas compras e nas contratações de serviços da instituição.

Art. 3.º Define-se como meta permanente do Viver Direito a gestão ambientalmente saudável, caracterizada pela adoção de práticas ecologicamente eficientes, que visem poupar matéria-prima, água e energia, bem como enfatizem a reciclagem de resíduos e a promoção da cidadania e da paz social, com base no desenvolvimento do ser humano e na preservação da vida.

Internet: <www.tjdf.jus.br> (com adaptações).

A respeito das estruturas linguísticas do texto precedente, julgue o item subsequente.

A correção gramatical do texto seria mantida caso a vírgula empregada logo após a palavra “sustentáveis” fosse suprimida.

Certo

Errado

Crase

Questão 215: CESPE - AGE (SEDF)/SEDF/Administração/2017

Assunto: Crase

Texto CB1A1BBB

Pedir ao educador que situe o centro de gravidade na própria criança é pedir-lhe nada menos que fazer uma revolução, se é verdade que até agora o centro de gravidade foi situado fora dela. É essa revolução — exigência fundamental do movimento da educação nova — **que Claparède compara à que Copérnico realizou na astronomia**, e que ele define, com tanta felicidade, nas seguintes linhas: “são os métodos e os programas que gravitam em torno da criança e não mais a criança que gira em torno de um programa decidido fora dela. Essa é a revolução copernicana à qual a psicologia convida o educador”.

M. A. Bloch. Filosofia da educação nova. Paris: PUF, 1973, p. 33 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1BBB e aos seus aspectos linguísticos, julgue o item a seguir.

A supressão do acento grave, indicativo de crase, no trecho “que Claparède compara à que Copérnico realizou na astronomia”, prejudicaria a correção gramatical do texto, dada a impossibilidade de omissão do artigo definido no contexto.

Certo

Errado

Questão 216: CESPE - AFCE (TCE-SC)/TCE-SC/Controle Externo/Direito/2016

Assunto: Crase

Texto CB2A2AAA

É inegável que o Estado representa um ônus para a sociedade, já que, para assegurar o seu funcionamento, consome riquezas da sociedade. Representa, porém, um mal necessário, pois até agora não se conseguiu arquitetar mecanismo distinto para catalisar a vida em comunidade. Então, se do Estado ainda não pode prescindir a civilização, cabe-lhe aprimorá-lo, buscando otimizar o seu funcionamento, de modo a torná-lo menos oneroso, mais eficiente e eficaz.

O bom funcionamento do Estado, que inclui também o bom funcionamento de suas estruturas encarregadas do controle público (Ministério Público, Poder Legislativo e tribunais de contas, entre outros), vem sendo alçado à condição de direito fundamental dos indivíduos. Pressupõe, notadamente sob as luzes do princípio constitucional da eficiência, os deveres de cuidado e de cooperação.

O dever de cuidado é consequência direta do postulado da indisponibilidade do interesse público. Em decorrência desse postulado, todo agente público tem o dever de, no cumprimento fiel de suas atribuições, perseguir o interesse público manifesto na Constituição Federal e nas leis. Conduz, portanto, à ideia de vedação da omissão, já que deixar de cumprir tais atribuições evidenciaria conduta ilícita. O dever de cuidado conduz, ainda, **a uma ampla interação** entre as estruturas públicas de controle, ou seja, é um dever de cooperação, não como faculdade, mas como obrigação que, em regra, dispensa formas especiais, como previsões normativas específicas, convênios e acordos.

Sob essa perspectiva, o controle público do Estado deve incorporar à sua cultura institucional o compromisso com o direito fundamental ao bom funcionamento do Estado. Nesse contexto, os deveres de cuidado e de cooperação se impõem a todas as estruturas do Estado destinadas a promover o controle da máquina estatal.

A observância do dever de cuidado e do de cooperação — traduzida, portanto, na atuação comprometida e concertada das estruturas orientadas para a função de controle da gestão pública — deve promover, entre os agentes e órgãos de controle, comportamentos de responsabilidade e responsividade. Por responsabilidade entenda-se o genuíno compromisso com a integralidade do ordenamento jurídico, o que pressupõe, acima de tudo, o reconhecimento de um regime de vedação da omissão. Responsividade, por sua vez, traduz o comportamento orientado a oferecer respostas rápidas e proativas, impregnadas de verdadeiro compromisso com a ideia-chave de promover o bom funcionamento do Estado.

Diogo Roberto Ringenberg. Direito fundamental ao bom funcionamento do controle público. In: Controle Público, n.º 10, abr./2011, p. 55 (com adaptações).

Com relação às estruturas linguísticas do texto CB2A2AAA, julgue o item a seguir.

No trecho “a uma ampla interação”, a inserção do sinal indicativo de crase no “a” manteria a correção gramatical do período, mas prejudicaria o seu sentido original.

Certo

Errado

Questão 217: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Educacional/2016

Assunto: Crase

Texto CB1A1BBB

Estranhamente, governos estaduais cujas despesas com o funcionalismo já alcançaram nível preocupante ou que estouraram o limite de gastos com pessoal fixado pela Lei Complementar n.º 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estão elaborando sua própria legislação destinada a assegurar, como alegam, maior rigor na gestão de suas finanças. Querem uma nova lei de responsabilidade fiscal para, segundo argumentam, fortalecer a estrutura legal que protege o dinheiro público do mau uso por gestores irresponsáveis.

Examinando-se a situação financeira dos estados que preparam sua versão da lei de responsabilidade fiscal, fica difícil aceitar a argumentação. Desde maio de 2000, quando entrou em vigor a LRF, esses estados, como os demais, estão sujeitos a regras precisas para a gestão do dinheiro público, para a criação de despesas e, em particular, para os gastos com pessoal. Por que, tendo descumprido algumas dessas regras, estariam interessados em torná-las ainda mais rigorosas?

Não foi a lei que não funcionou, mas os responsáveis pelo dinheiro público que, por alguma razão, não a cumpriram. De que adiantaria, então, tornar a lei mais rigorosa, se nem nas condições atuais esses responsáveis estão sendo capazes de cumpri-la? O problema não está na lei. Mudá-la pode ser o pretexto não para torná-la mais rigorosa, mas para atribuir-lhe alguma flexibilidade que a desfigure. O verdadeiro problema é a dificuldade do setor público de **adaptar** suas despesas **às receitas** em queda por causa da crise.

Internet: <<http://opinio.estado.com.br>> (com adaptações).

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CB1A1BBB, julgue o seguinte item.

O emprego do acento grave em “às receitas” decorre da regência do verbo “adaptar” e da presença do artigo definido feminino determinando o substantivo “receitas”.

Certo

Errado

Questão 218: CESPE - Aud Gov (CGE PI)/CGE PI/Geral/2015

Assunto: Crase

Texto II

Uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá fora.

Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, ideias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título. Possivelmente não terão a mesma suposta fortuna daquela dúzia de outras, nem todas valerão a pena de sair cá fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.

Machado de Assis. Advertência. In: Relíquias da casa velha. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

Julgue o item que se segue, relativo às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto II.

No trecho “Chama-lhe à minha vida uma casa” (l.4), é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase.

Certo

Errado

Concordância

Questão 219: CESPE - Aud (CAGE RS)/SEFAZ RS/2018

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Texto 1A10BBB

O Brasil sempre foi um país com grandes desigualdades. Marcada por diferenças sociais, econômicas e regionais, esta nação tem procurado, nos últimos anos, promover a diminuição das desigualdades que sempre a marcaram de forma profunda. A Constituição Federal de 1988 traçou diversos objetivos, entre eles, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Embora, infelizmente, tais metas não tenham sido atingidas, **ocorreram** diversos avanços, como, por exemplo, a diminuição da mortalidade infantil e do analfabetismo; a melhoria na expectativa de vida; o aumento do número de jovens nas escolas, entre outros.

No mundo, a busca pelo tratamento igual já estava presente desde antes da Revolução Francesa, mas, a partir dela, a luta por um tratamento equânime entre as pessoas não só se tornou sinônimo de aplicação de justiça, como também passou a ser um dos aspectos de como a dignidade da pessoa humana se revela, em especial, no tratamento que o Estado reserva ao homem.

O direito à igualdade ou ao tratamento isonômico está definido como um direito fundamental, assumindo posição de destaque na sociedade moderna e invertendo a tradicional relação entre o Estado e o indivíduo, ao reconhecer que a pessoa humana tem, primeiro, direitos, e, depois, deveres perante o Estado, e que os direitos que o Estado tem em relação ao indivíduo se ordenam ao objetivo de melhor cuidar das necessidades dos seus cidadãos.

Por meio de ações corretivas dos poderes públicos e do estabelecimento de direitos relativos à assistência social, à educação, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à cultura e ao esporte, por exemplo, procurou-se promover uma igualdade material, ou seja, o tratamento equânime de todos os seres humanos, bem como a sua equiparação no que diz respeito às possibilidades de concessão de oportunidades.

Embora a tributação tenha um papel fundamental como instrumento reformador e capaz de atuar na diminuição das desigualdades, o modo como o sistema tributário está estruturado não logra os objetivos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Há, portanto, necessidade de uma reforma para que ele se adéque às exigências de um sistema justo, com fundamento na igualdade e na capacidade contributiva, em busca de uma maior justiça social e fiscal. Nesse sentido, o imposto sobre a renda das pessoas físicas é o maior responsável por fazer avançar ou retroceder a capacidade econômica e, por consequência, a solidariedade social.

A correção gramatical e os sentidos do texto 1A10BBB seriam preservados caso a forma verbal “ocorreram” fosse substituída por

- a) existiu.
- b) aconteceu.
- c) sucederam.
- d) tiveram.
- e) houveram.

Questão 220: CESPE - Ana Port I (EMAP)/EMAP/Administrativa/2018

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Serviço de tráfego de embarcações
(*vessel traffic service – VTS*)

O VTS é um sistema eletrônico de auxílio à navegação, com capacidade de monitorar ativamente o tráfego aquaviário, melhorando a segurança e eficiência desse tráfego, nas áreas em que **haja** intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções.

Internacionalmente, os sistemas de VTS são regulamentados pela International Maritime Organization, sendo seus aspectos técnicos detalhados em recomendações da International Association of Maritime Aids to Navigation and Lighthouse Authorities. No Brasil, cabe à Marinha do Brasil, autoridade marítima do país, definir as normas de execução de VTS e autorizar a sua implantação e operação.

Uma estrutura de VTS é composta minimamente de um radar com capacidade de acompanhar o tráfego nas imediações do porto, um sistema de identificação de embarcações denominado automatic identification system, um sistema de comunicação em VHF, um circuito fechado de TV, sensores ambientais (meteorológicos e hidrológicos) e um sistema de gerenciamento e apresentação de dados. Todos esses sensores operam integrados em um centro de controle, ao qual cabe, na sua área de responsabilidade, identificar e monitorar o tráfego marítimo, adotar ações de combate à poluição, planejar a movimentação de embarcações e divulgar informações ao navegante. Adicionalmente, o Centro VTS pode fornecer informações que contribuam para o aumento da eficiência das operações portuárias, como a atualização de horários de chegada e partida de embarcações.

Internet: <www.defensea.com.br> (com adaptações)

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item que se segue.

A forma verbal “haja” poderia ser flexionada no plural — **hajam** —, preservando-se a correção gramatical e os sentidos do texto.

Certo

Errado

Questão 221: CESPE - AFCE (TCE-SC)/TCE-SC/Controle Externo/Administração/2016

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Texto CB2A2BBB

O fenômeno da corrupção, em virtude de sua complexidade e de seu potencial danoso à sociedade, exige, além de uma atuação repressiva, também uma ação preventiva do Estado. Portanto, é preciso estimular a integridade no serviço público, para que seus agentes sempre atuem, de fato, em prol do interesse público.

Entende-se que a integridade pública representa o estado ou condição de um órgão ou entidade pública que está “completa, inteira, perfeita, sã”, no sentido de uma atuação que seja imaculada ou sem desvios, conforme as normas e valores públicos.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é mais do que a ausência de corrupção, pois envolve aspectos positivos que, em última análise, influenciam os resultados da administração, e não apenas seus processos. Além disso, a OCDE compreende um sistema de integridade como um conjunto de arranjos institucionais, de gerenciamento, de controle e de regulamentações que visem à promoção da integridade e da transparência e à **redução do risco de atitudes que violem os princípios éticos**.

Nesse sentido, a gestão de integridade refere-se às atividades empreendidas para estimular e reforçar a integridade e também para prevenir a corrupção e outros desvios dentro de determinada organização.

Internet: <www.cgu.gov.br> (com adaptações).

Ainda com relação a aspectos linguísticos do texto **CB2A2BBB**, julgue o item subsequente.

A coesão e a correção gramatical do trecho “e à redução do risco de atitudes que violem os princípios éticos” seriam mantidas caso a forma verbal “violem” fosse flexionada no singular, passando, então, a concordância a restringir-se ao termo “risco”.

Certo

Errado

Questão 222: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Procuradoria/2016

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Texto CB5A1AAA

Tratando-se do dever de prestar contas anuais, cabe, inicialmente, verificar como tal obrigação está preceituada no ordenamento jurídico. A Constituição Federal prevê que cabe ao presidente prestar contas anualmente ao Poder Legislativo. Por simetria, tal obrigação estende-se ao governador do estado e aos prefeitos municipais.

O dever anual de prestar contas é da pessoa física. Assim sendo, no nível municipal, esse dever é do prefeito, que, nesse caso, age em nome próprio, e não em nome do município. Tal obrigação se dá em virtude de força da lei. O povo, que outorgou mandato ao prefeito para gerir seus recursos, exige do prefeito — por meio de norma editada pelos seus representantes — a prestação de contas. Sendo tal prestação obrigação personalíssima, não **se** pode admitir que seja executada por meio de pessoa interposta. Isso quer dizer que o tribunal de contas deve recusar, por exemplo, a prestação de contas apresentada por uma prefeitura referente à obrigação de um ex-prefeito. Quer dizer também que o ex-prefeito continua sujeito a todas as sanções previstas para aqueles que não prestam contas.

Por essa razão, **é necessário que haja a separação das contas** — que devem, inclusive, ser processadas em autos distintos — quando ocorrer de o cargo de prefeito ser ocupado por mais de uma pessoa durante o exercício financeiro. Nesse caso, cada um será responsável pelo período em que ocupou o cargo.

Ailana Sá Sereno Furtado. O dever de prestar contas dos prefeitos. Internet: < <https://jus.com.br> > (com adaptações).

Julgue o item que se segue, a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB5A1AAA.

Sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, o trecho “é necessário que haja a separação das contas” poderia ser reescrito da seguinte forma: **é necessário que hajam contas separadas.**

Certo

Errado

Questão 223: CESPE - Aud Gov (CGE PI)/CGE PI/Geral/2015

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Texto I

Talvez o distinto leitor ou a irresistível leitora sejam naturais, caso em que me apresso a esclarecer que nada tenho contra os naturais, antes pelo contrário. Na verdade, alguns dos meus melhores amigos são naturais. Como, por exemplo, o festejadíssimo cineasta patricio Geraldo Sarno, que é baiano e é natural — pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis. Certa feita, estava eu a trabalhar em sua ilustre companhia quando ele me convidou para almoçar (os cineastas, tradicionalmente, têm bastante mais dinheiro do que os escritores; deve ser porque se queixam muito melhor). Aceito o convite, ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho. Por que a maior

parte das pessoas **comia** com ar religioso e contrito? Que prato seria aquele que, olhos revirados para cima, mastigação estoica, e expressão de quem cumpria dever penosíssimo, um casal comia, entre goles de uma substância esverdeada e viscosa que lentamente se decantava — para grande prejuízo de sua já emética aparência — numa jarra suspeitosa? Logo fui esclarecido, quando meu companheiro e anfitrião, os olhos cintilantes e arregalados, me anunciou:

— Surpresa! Vais comer um almoço natural!

João Ubaldo Ribeiro. A vida natural. In: Arte e ciência de roubar galinha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto I, julgue o item a seguir.

Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a forma verbal “comia” poderia ser flexionada no plural.

Certo

Errado

Questão 224: CESPE - Ass Jur (TCE-RN)/TCE-RN/Técnico Jurídico/2015

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Exercer a cidadania é muito mais que um direito, é um dever, uma obrigação.

Você como cidadão é parte legítima para, de acordo com a lei, informar ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) os atos ilegítimos, ilegais e antieconômicos eventualmente praticados pelos agentes públicos.

A garantia desse preceito advém da própria Constituição do estado do Rio Grande do Norte, em seu artigo 55, § 3.º, que estabelece que qualquer cidadão, partido político ou entidade organizada da sociedade pode apresentar, ao TCE/RN denúncia sobre irregularidades ou ilegalidades praticadas no âmbito das administrações estadual e municipal.

Exercício da cidadania. Internet: <www.tce.rn.gov.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto **Exercício da cidadania**, julgue o item seguinte.

Na linha 4, a forma verbal “advém” está no singular porque concorda com o núcleo do sujeito da oração em que se insere: “garantia”.

Certo

Errado

Questão 225: CESPE - AJ TJDFT/TJDFT/Apoio Especializado/Análise de Sistemas/2015**Assunto:** Concordância (Verbal e Nominal)

O objetivo do direito é a paz. A luta é o meio de consegui-la. Enquanto o direito tiver de repelir o ataque causado pela injustiça — e isso durará enquanto o mundo estiver de pé —, ele não será poupado.

A vida do direito é a luta: a luta de povos, de governos, de classes, de indivíduos. Todo o direito do mundo foi assim conquistado. Todo ordenamento jurídico que se lhe contrapôs teve de ser eliminado e todo direito, o direito de um povo ou o de um indivíduo, teve de ser conquistado com luta.

O direito não é mero pensamento, mas sim força viva. Por isso, **a justiça** segura, em uma das mãos, a balança, com a qual pesa o direito, e, na outra, a espada, com a qual o **defende**. A espada sem a balança é a força bruta, a balança sem a espada é a fraqueza do direito. Ambas se completam e o verdadeiro estado de direito só existe onde a força, com a qual a justiça empunha a espada, é usada com a mesma destreza com que a justiça maneja a balança.

O direito é um labor contínuo, não apenas dos governantes, mas de todo o povo. Cada um que se encontra na situação de precisar defender seu direito participa desse trabalho, levando sua contribuição para a concretização da ideia de direito sobre a Terra.

Rudolf von Ihering. **A luta pelo direito**. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 5.^a ed. revista da tradução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 31 (com adaptações).

Com referência às ideias apresentadas no texto precedente e a seus aspectos linguísticos, julgue o item a seguir.

A forma verbal “defende” está flexionada na terceira pessoa do singular por concordar com seu sujeito, cujo referente é “a justiça”.

Certo

Errado

Gabarito

| | | | | | |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1) E | 2) Certo | 3) Certo | 4) Certo | 5) Certo | 6) Errado |
| 7) Errado | 8) Errado | 9) Certo | 10) Certo | 11) Errado | 12) Certo |
| 13) Errado | 14) Certo | 15) Errado | 16) Certo | 17) Certo | 18) Certo |
| 19) Errado | 20) Certo | 21) Certo | 22) Certo | 23) Errado | 24) Certo |
| 25) Certo | 26) Errado | 27) Certo | 28) D | 29) Errado | 30) B |
| 31) Certo | 32) Certo | 33) B | 34) Certo | 35) Errado | 36) Errado |
| 37) Errado | 38) Errado | 39) Errado | 40) Certo | 41) Errado | 42) Errado |
| 43) Errado | 44) Errado | 45) Errado | 46) Certo | 47) Errado | 48) Certo |
| 49) Certo | 50) Errado | 51) Certo | 52) E | 53) Errado | 54) Errado |
| 55) Errado | 56) Errado | 57) Certo | 58) Errado | 59) Errado | 60) B |
| 61) Certo | 62) Certo | 63) Certo | 64) Certo | 65) Errado | 66) Certo |
| 67) Errado | 68) Certo | 69) Certo | 70) Errado | 71) Certo | 72) Certo |
| 73) Errado | 74) Certo | 75) Certo | 76) C | 77) Errado | 78) Certo |
| 79) Errado | 80) Errado | 81) Errado | 82) Errado | 83) Errado | 84) Errado |
| 85) Certo | 86) Certo | 87) Certo | 88) Errado | 89) Certo | 90) Certo |
| 91) E | 92) Errado | 93) Errado | 94) Errado | 95) Certo | 96) Certo |
| 97) Errado | 98) Certo | 99) Certo | 100) Errado | 101) Certo | 102) Errado |
| 103) C | 104) D | 105) Errado | 106) Certo | 107) Certo | 108) Certo |
| 109) Errado | 110) Errado | 111) D | 112) Errado | 113) Certo | 114) D |
| 115) Errado | 116) A | 117) Certo | 118) Certo | 119) Certo | 120) C |
| 121) C | 122) Errado | 123) Certo | 124) Certo | 125) Errado | 126) Errado |
| 127) Errado | 128) Certo | 129) Certo | 130) Errado | 131) Errado | 132) Errado |
| 133) Errado | 134) Certo | 135) Errado | 136) Errado | 137) Errado | 138) Certo |
| 139) Errado | 140) Errado | 141) Certo | 142) Certo | 143) Errado | 144) Certo |
| 145) E | 146) Errado | 147) Certo | 148) Certo | 149) Certo | 150) Certo |
| 151) Certo | 152) Certo | 153) Certo | 154) Certo | 155) Certo | 156) Errado |
| 157) Certo | 158) Certo | 159) C | 160) E | 161) Certo | 162) Errado |
| 163) Errado | 164) Errado | 165) Certo | 166) Certo | 167) Errado | 168) Certo |
| 169) Errado | 170) Errado | 171) Errado | 172) Errado | 173) Certo | 174) Errado |
| 175) Certo | 176) A | 177) B | 178) Errado | 179) Certo | 180) Errado |
| 181) E | 182) Certo | 183) Errado | 184) B | 185) D | 186) Certo |
| 187) Errado | 188) Certo | 189) Certo | 190) C | 191) B | 192) Errado |
| 193) Errado | 194) B | 195) Errado | 196) Errado | 197) Errado | 198) Certo |
| 199) Certo | 200) Errado | 201) Certo | 202) Errado | 203) B | 204) Certo |
| 205) Certo | 206) Certo | 207) B | 208) Errado | 209) Certo | 210) Certo |
| 211) Errado | 212) Certo | 213) Certo | 214) Errado | 215) Certo | 216) Errado |
| 217) Certo | 218) Certo | 219) C | 220) Errado | 221) Errado | 222) Errado |
| 223) Certo | 224) Certo | 225) Certo | | | |